

2

GUIA DOS ARQUIVOS

AMERICANOS SOBRE O BRASIL

COLEÇÕES DOCUMENTAIS SOBRE O BRASIL NOS ESTADOS UNIDOS

3

**Ministério das Relações Exteriores Fundação Alexandre de Gusmão Ministério da Cultura**

4

PAULO ROBERTO DE ALMEIDA

RUBENS ANTÔNIO BARBOSA

FRANCISCO ROGIDO FINS

(Organizadores)

**Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil**

**Coleções Documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos**

Fundação Alexandre de Gusmão Brasília, 2010

5

Direitos de publicação reservados à

Fundação Alexandre de Gusmão

Site: www.funag.gov.br

E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:

Willis de Castro – Pintura

Óleo sobre tela – 50 x 50 cm – 1958

Equipe Técnica:

Maria Marta Cezar Lopes

Henrique da Silveira Sardinha Pinto Filho

André Yuji Pinheiro Uema

Cintia Rejane Souza Araújo Gonçalves

Juliana Corrêa de Freitas

Fernanda Leal Wanderley

Programação Visual e Diagramação:

Juliano Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ G971 Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil: coleções documentais sobre o Brasil nos Estados Unidos / organizadores: Paulo Roberto de Almeida, Rubens Antônio Barbosa e Francisco Rogido Fins– Brasília: Funag, 2010.

244p. : il.

ISBN: 978-85-7631-274-1

1. Relações diplomáticas – Brasil – Estados Unidos. 2. Arquivos – Estados Unidos. 3. Brasil – História.

I. Almeida, Paulo Roberto de (Org.). II. Barbosa, Rubens Antônio (Org.). III. Fins, Francisco Rogido (Org.).

CDU: 930.253(81=73)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Depósito legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme

Lei no. 10.994, de 14/12/2004.

6

***In Memoriam***

*Embaixador Wladimir Murtinho,*

*um grande construtor, promotor, incentivador, colecionador, defensor e propagandista de tudo o que dizia respeito à arte, à cultura e à memória histórica do Brasil, um diplomata completo*

*e um homem renascentista no sentido mais amplo do termo.* **A homenagem dos organizadores ao**

**grande promotor do Projeto Resgate**

7

8

**ÍNDICE**

**AGRADECIMENTOS** 13 **APRESENTAÇÃO AO VOLUME** 15 **APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO RESGATE** 23 Esther Caldas Bertoletti, Biblioteca Nacional - IHGB

**PREFÁCIO** 29 Embaixador Rubens Antonio Barbosa

**INTRODUÇÃO**

Paulo Roberto de Almeida e Francisco Rogido Fins 31

**1. NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION** 51 1.1. Informações gerais 52 1.2. Principais *Record Groups* relacionados com o Brasil 56

1.2.1. RG 39 – *Department of Treasury, Bureau of Accounts* 56 1.2.2. RG 40 – *Department of Commerce* 56 1.2.3. RG 43 – *International Conferences, Commissions and Expositions* 56 1.2.4. RG 59 – *Department of State* 57 1.2.5. RG 63 – *Committee on Public Information* 57 1.2.6. RG 65 – *Federal Bureau of Investigation* 57 1.2.7. RG 84 – *Foreign Service Posts of the Department of State* 57 1.2.8. RG 90 – *Public Health Service* 58 1.2.9. RG 122 – *Federal Trade Commission* 58 1.2.10. RG 166 – *Foreign Agricultural Service* 58 1.2.11. RG 169 – *Foreign Economic Administration* 58 1.2.12. RG 229 – *Office of Inter-American Affairs* 58 1.2.13. RG 263 – *Central Intelligence Agency* 58 1.2.14. RG 275 – *Export-Import Bank of the United States* 59 1.2.15. RG 333 – *International Military Agencies* 59

1.3. Materiais referentes ao Brasil 59 1.3.1. Disponíveis no Brasil 59 1.3.2. Disponíveis nos EUA 61

**2. BIBLIOTECAS PRESIDENCIAIS** 65 Materiais históricos doados 66 Arquivos presidenciais 66 Materiais históricos presidenciais da Administração Nixon 67 2.1. Herbert Hoover Library 68

2.1.1. Informações gerais 68 2.1.2. Materiais referentes ao Brasil 69 2.2. Franklin D. Roosevelt Library 71 2.2.1. Informações gerais 71 2.2.2. Materiais referentes ao Brasil 73 2.3. Harry Truman Library 76 2.3.1. Informações gerais 76 2.3.2. Materiais referentes ao Brasil 77 2.4. Dwight D. Eisenhower Library 79 2.4.1. Informações gerais 79

9

2.4.2. Materiais referentes ao Brasil 80 2.5. John F. Kennedy Library 85 2.5.1. Informações gerais 85 2.5.2. Materiais referentes ao Brasil 85 2.6. Lyndon B. Johnson Library 89 2.6.1. Informações gerais 89 2.6.2. Materiais referentes ao Brasil 89 2.7. Nixon Presidential Materials Staff 97 2.7.1. Informações gerais 97 2.7.2. Materiais referentes ao Brasil 98 2.8. Gerald R. Ford Library and Museum 99 2.8.1. Informações gerais 99 2.8.2. Materiais referentes ao Brasil 100 2.9. Jimmy Carter Library 104 2.9.1. Informações gerais 104 2.9.2. Materiais referentes ao Brasil 105 2.10. Ronald Regan Library 107 2.10.1. Informações gerais 107 2.10.2. Materiais referentes ao Brasil 107 2.11. George Bush Library 112 2.11.1. Informações gerais 112 2.11.2. Materiais referentes ao Brasil 113 2.12. William J. Clinton Presidential Library and Museum 117 2.12.1. Informações gerais 117 2.12.2. Materiais referentes ao Brasil 118 2.13. George W. Bush Presidential Library 119 2.13.1. Informações gerais 119 2.13.2. Materiais referentes ao Brasil 119

**3. OUTRAS BIBLIOTECAS E INSTITUIÇÕES** 121 3.1. Library of Congress – Washington, DC 122 3.1.1. Informações gerais 123 3.1.2. Materiais referentes ao Brasil 124 3.2. Oliveira Lima Library – Washington, DC 134 3.2.1. Informações gerais 135 3.2.2. Materiais referentes ao Brasil 136 3.3. Benson Latin American Collection – Austin, TX 139 3.3.1. Informações gerais 140 3.3.2. Materiais referentes ao Brasil 140 3.4. John Carter Brown Library – Providence, RI 142 3.4.1. Informações gerais 142 3.4.2. Materiais referentes ao Brasil 143 3.5. Columbus Memorial Library – Washington, DC 146 3.5.1. Informações gerais 146 3.5.2. Materiais referentes ao Brasil 147 3.6. Yale University – New Haven, CT 148 3.6.1. Informações gerais 148 3.6.2. Materiais referentes ao Brasil 149 3.7. Howard-Tilton Memorial Library – New Orleans, LA 151 3.7.1. Informações gerais 151 3.7.2. Materiais referentes ao Brasil 152

10

3.8. Joseph Mark Lauinger Library – Washington, DC 153 3.8.1. Informações gerais 153 3.8.2. Materiais referentes ao Brasil 154

3.9. Newberry Library – Chicago, IL 155 3.9.1. Informações gerais 155 3.9.2. Materiais referentes ao Brasil 156

3.10. Smithsonian Institution – Washington, DC 157 3.10.1. Informações gerais 157 3.10.2. Materiais referentes ao Brasil 158

3.11. New York Public Library – New York, NY 167 3.11.1. Informações gerais 167 3.11.2. Materiais referentes ao Brasil 168

3.12. National Security Archive – Washington, DC 169 3.12.1. Informações gerais 169 3.12.2. Materiais referentes ao Brasil 170

3.13. Center for Research Libraries - Latin American Microform Project 171 3.13.1. Informações gerais 171 3.13.2. Materiais referentes ao Brasil 172

**4. APÊNDICES** 173 4.1. RG 59 – *General Records of the Department of State* 175 4.1.1. Microfilmes disponíveis no Brasil 175 4.1.2. Microfilmes disponíveis nos EUA 202 4.2. RG 263 – *Central Intelligence Agency* 210 4.3. Chefes de Missão dos Estados Unidos no Brasil, 1825-2010 216 4.4. Chefes de Missão do Brasil nos Estados Unidos, 1824-2010 218 4.5. Modelo de carta para recurso ao FOIA 220 4.6. Recursos para pesquisa *online* 221 4.7. Feriados nacionais nos Estados Unidos 222

**5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** 223 **NOTAS SOBRE OS ORGANIZADORES** 229

11

12

**AGRADECIMENTOS**

A pesquisa e a preparação deste Guia não teriam sido possíveis sem a colaboração e a participação ativa dos seguintes estagiários (em ordem alfabética) que, em momentos diversos entre 2000 e 2002, atuaram junto da Embaixada do Brasil em Washington com especial empenho e dedicação nas várias fases do Projeto Resgate

EUA: Ana Carolina Rabelo, Brenda Cunha, Leandro Maia, Lúcia Shibata, Kirk Russel, Paulo Cesar Campos, Paulo Rezende, Raphael Penteado, Raquel Barros Medeiros Cerneant, Roberto Martini, Thiago Monjardim e Tatiana Charotta Zanon. A eles nossos sinceros agradecimentos. Colaboração adicional especial foi prestada pela historiadora Carla Simone Rodeghero, que elaborou uma parte importante da informação relativa aos National Archives. Fomos estimulados, nas várias etapas do processo de preparação do *Guia*, pela Dra. Esther Caldas Bertoletti, da Biblioteca Nacional e coordenadora técnica do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco” do Ministério da Cultura.

Acima de tudo, porém, a implementação efetiva do Projeto não teria ocorrido sem a generosa ajuda financeira e o apoio institucional da Vitae, que acolheu favoravelmente a proposta feita no início do 2001 pelos organizadores e concedeu recursos materiais iniciais que permitiram a preparação deste Guia. À Vitae nosso reconhecido agradecimento.

Os organizadores

13

14

**APRESENTAÇÃO AO VOLUME**

Os Estados Unidos sempre foram, historicamente, o principal parceiro do Brasil nos mais variados tipos de intercâmbios e transações da área econômica, sobretudo nos terrenos comercial, financeiro e tecnológico, posição ocupada de modo absolutamente dominante durante todo o decorrer do século XX. Mas eles também foram, de variados modos e de maneira sempre intensa, um grande interlocutor em campos de difícil quantificação ou mensuração pelos economistas e pelos estatísticos, como são o da cultura e o das humanidades, num sentido amplo, tendo seus estudiosos e pesquisadores participado de maneira intensa do próprio processo de construção das ciências humanas na academia brasileira, sobretudo na segunda metade do século passado.

Nos velhos tempos, nossas elites iam estudar na Europa e de lá traziam não só os conhecimentos próprios dos cursos e os produtos e processos vinculados às principais atividades econômicas do Brasil, mas também os artigos da moda e os itens sofisticados que qualificavam seus possuidores pela distinção e luxo que então passavam a exibir. Em épocas passadas, a elite brasileira ostentava maneiras e expressões francesas, consumia bens comprados nas *boutiques* de Paris, mas os serviços e a cobertura financeira eram feitos na praça de Londres, junto aos banqueiros britânicos. Algumas outras contribuições, inclusive de natureza humana, provinham das regiões mediterrânea, ibérica e central da Europa, mas o essencial dos insumos e bens tangíveis e intangíveis vinha mesmo dos dois grandes países europeus que marcaram nossa história nas vertentes já indicadas: produtos e finanças inglesas, maneiras e ideias francesas.

Um último resquício dessa antiga hegemonia europeia tinha sido conservado no pós-Segunda Guerra: o domínio da alta cultura e o das chamadas “ciências do espírito”, terreno no qual os franceses continuaram a pontificar durante bastante tempo, como evidenciado nos muitos vínculos universitários dos dois lados do Atlântico – criados no entre-guerras – e na grande receptividade dada às ideias francesas em filosofia e história, quando não em outros campos das ciências sociais. Até uma personagem carnavalesca como Chiquita Bacana era existencialista, *à la* Jean-Paul Sartre, como convinha nesses tempos de hegemonia absoluta da *rive gauche* sobre a *haute culture* e

15

da *rive droite* sobre a *haute coûture*, quando ambos os modismos franceses dominavam os corações e mentes das elites, assim como nossas referências culturais de modo geral. Pois bem, desde o final dos anos cinqüenta e início dos sessenta, pelo menos, os acadêmicos dos Estados Unidos vêm comprovando sua crescente excelência também nos campos das humanidades, completando assim uma “ocupação de terreno” que já tinha começado no início do século XX pelos primeiros empréstimos da praça de Nova York, pelos investimentos industriais pioneiros, pelos filmes de Hollywood e pelas muitas inovações da cultura de massas americana. Não se trata aqui, apenas, do fenômeno dos brasilianistas, ainda que tais pesquisadores sejam o lado mais visível do intenso intercâmbio acadêmico – e por certo também cultural – que cresceu significativamente a partir da Guerra Fria, período que coincide com certa “americanização” do Brasil, como já ressaltado em estudos de brasileiros e de americanos. O Brasil passou, desde então, a consumir produtos, serviços, finanças e ideias americanas, em substituição (e até na ausência, durante um certo tempo) dos similares europeus, e seus universitários passaram a ir em maior número para os centros de formação pós-graduada dos Estados Unidos. Esse processo foi bem mais evidente nas disciplinas técnico-científicas, das ciências econômicas e de administração, mas ele não deixou tampouco de manifestar-se em outras áreas, aliás não exclusivamente acadêmicas. A moda, ainda que não o *chic* (que continuou em Paris), parece ter-se mudado para os Estados Unidos, pelo menos em sua vertente popular, vinda tanto da costa leste, como da costa oeste, para não falar, tempos depois, da moda *country*, que converteu-se em verdadeira febre no Brasil.

Trata-se de uma “impregnação cultural” bem mais ampla do que pode ser revelado por esses fluxos formais ou oficiais de bens e de ideias circulando com as pessoas que costumam viajar de um país a outro, e que são, afinal de contas, em número extremamente reduzido quando comparado às populações totais, ou mesmo ao volume desses “turistas acidentais” da vida cultural que são os bolsistas do mundo acadêmico. O que está em causa é uma verdadeira osmose cultural, um fenômeno de massas que se manifesta sobretudo na música, no cinema e na televisão, movimento bem mais intenso, é verdade, do norte para o sul do hemisfério do que no sentido inverso, ainda que o fluxo contrário não seja desprezível tampouco. A bossa nova, por exemplo, incorporou se de tal forma ao *mainstream* musical americano, que hoje é difícil separar o original brasileiro da cópia americana. Quem visita os *malls* e as lojas de departamento dos Estados Unidos não terá deixado de ouvir faixas musicais brasileiras repetidas ao longo do dia, a ponto de nos perguntarmos se os direitos de propriedade intelectual sobre

16

nossas composições estão sendo respeitadas na terra que mais defende mundialmente os *copyrights* de seus próprios autores e artistas.

Aspecto menos conhecido dessas múltiplas interações entre o Brasil e os Estados Unidos, a não ser dos historiadores e especialistas em arquivos, são os documentos de natureza histórica – expedientes oficiais e relatos oficiosos, que comprovam a intensidade das relações bilaterais, praticamente desde antes da nossa independência e de modo bastante intenso a partir do século XX. Com efeito, como a esta coletânea pretende demonstrar, o “país” Brasil, mas também as “coisas” brasileiras de modo geral estão muito presentes, mesmo desde antes da independência, nos registros diplomáticos, consulares e nos papéis de negócios de agentes privados e de agentes oficiais americanos. Assim como não se pode compreender a história do Brasil moderno e contemporâneo sem levar em conta essas múltiplas interações com os Estados Unidos ao longo de mais de dois séculos, tampouco se pode pretender escrever sua história – oficial, nacional ou mesmo “popular” – sem uma referência às fontes documentais guardadas nos arquivos americanos. Como revelado neste volume, elas são muitas, elas são diversas e, sobretudo, elas estão bem organizadas e são facilmente disponíveis.

O presente *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil* revela uma parte, uma pequena parte apenas, das várias interfaces existentes entre o Brasil e os Estados Unidos a partir das fontes primárias americanas depositadas em instituições de acesso aberto. O esforço conduzido pela Embaixada do Brasil em Washington, durante a gestão do Embaixador Rubens Antônio Barbosa (1999-2004), sob a coordenação intelectual do Ministro-Conselheiro Paulo Roberto de Almeida representa uma contribuição para o conhecimento ampliado da nossa própria história e da sociedade brasileira com base nesses registros documentais depositados em instituições americanas.

Este livro não foi o único exemplo dos esforços empreendidos pelo Embaixador Rubens Barbosa, à frente da Embaixada em Washington, para ampliar o conhecimento recíproco – sendo pelo menos o terceiro livro que resultou de estudos e projetos acadêmicos por ele meritoriamente conduzidos – mas ele é, provavelmente, o resultado mais eloquente de uma iniciativa que tem muito a ver com uma atividade estimulada e coordenada à época pelo Ministério da Cultura, a saber o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, de identificação e recuperação de documentos relativos à história do Brasil depositados em arquivos estrangeiros, que se desenvolveu com mais intensidade desde a fase preparatória das comemorações dos 500 anos da chegada de Cabral à *terra brasilis*. Ele vem juntar-se aos guias de fontes já publicados para diversos arquivos europeus e

17

aos muitos catálogos de documentos portugueses relativos às capitanias brasileiras da era colonial.

Pode-se destacar aqui por que e em quê este *Guia* é importante para o Brasil, em especial para sua comunidade acadêmica. Não é necessário voltar ao tema da relevância dos Estados Unidos para o Brasil, já acima referida, mas deve-se, antes de mais nada, destacar uma peculiaridade deste volume de referência. À diferença de projetos similares ou equivalentes de identificação e apresentação das fontes documentais sobre a história do Brasil que vêm sendo feitos em arquivos de Portugal e de outros países europeus, este “Projeto Resgate” americano não poderia ter partido da catalogação extensiva, da microfilmagem subsequente e da divulgação ulterior dos principais fundos existentes nos Estados Unidos, por uma razão muito simples: a tarefa seria interminável e propriamente inadministrável. Com efeito, se nos casos da Europa – já objeto de vários levantamentos e da publicação dos catálogos pertinentes – os estoques de documentos sobre os quais trabalharam os pesquisadores eram (relativamente) finitos, ou pelo menos mensuráveis, e se encontravam, por assim dizer, “congelados” (já que incidindo, em sua maior parte, sobre o período colonial de nossa história), no caso dos Estados Unidos esse estoque é dinâmico e praticamente infinito, pois que as coleções mais importantes se estendem pelos dois últimos séculos e cobrem uma atualidade tão recente quanto eventos e processos transcorridos em nossa própria geração, com protagonistas ainda vivos e atuantes nos cenários político, econômico, militar ou cultural. No caso dos Estados Unidos, hipoteticamente, uma opção de tipo “europeu” demandaria recursos financeiros incomensuráveis e incompatíveis com as possibilidades atuais do Brasil e um período de tempo proporcional à extensão e profundidade dos fundos disponíveis para cópia.

A definição de um modelo de levantamento aplicável ao caso americano, portanto, se deu na direção de uma descrição relativamente completa dos principais centros depositários de papéis e outras fontes primárias para a pesquisa histórica sobre o Brasil nos Estados Unidos. Dentre essas instituições, as mais importantes se situam justamente na capital americana: os Arquivos Nacionais, a Biblioteca do Congresso e a Biblioteca Oliveira Lima, junto à Universidade Católica da América. Em relação a esta última, por exemplo, o Embaixador Rubens Barbosa procurou contribuir com a preservação e a disseminação, em benefício dos pesquisadores brasileiros, dos materiais ali depositados, legados pelo famoso diplomata e historiador brasileiro da passagem do século XIX ao XX, mas muito ainda resta a ser feito para democratizar o acesso aos seus ricos materiais.

18

O Projeto Resgate da Embaixada do Brasil em Washington permitiu, assim, identificar e apresentar, na maior extensão possível, os documentos sobre o Brasil depositados nas instituições americanas, a começar pelos National Archives and Records Administration (NARA). Não é necessário falar da importância desses documentos para a pesquisa sobre as relações bilaterais, sobre a política externa regional e as relações internacionais do Brasil, bem como para o estudo de sua história doméstica, política, social, econômica, militar e cultural. O ideal seria que a documentação assim identificada pudesse ser reproduzida (mecanicamente ou digitalmente) para ser colocada à disposição dos principais arquivos brasileiros dotados de tais tipos de papéis (Arquivo Nacional e Arquivo Histórico Diplomático, do Ministério das Relações Exteriores, ambos no Rio de Janeiro), bem como disseminada para outros centros de pesquisa universitária, uma vez lograda sua reprodução em meio eletrônico.

Este material se juntaria assim às dezenas de microfilmes dos arquivos do Foreign Office britânico e do próprio NARA que já foram adquiridos nos anos oitenta mediante projeto coordenado pelo sociólogo Luciano Martins e depositados naqueles dois arquivos oficiais. As séries que já se encontram no Brasil vão, grosso modo, até o ano de 1959, mas no caso americano se trata de papéis exclusivamente diplomáticos, à exclusão, portanto, de outras agências oficiais americanas que podem apresentar relevância para as relações bilaterais e para o estudo de outros problemas, no âmbito regional, mundial ou relativos a instituições e conferências internacionais (estariam neste caso documentos dos departamentos do Tesouro e do Comércio, do Eximbank, da Comissão de Energia Atômica, da International Trade Commission, dos antecessores do United States Trade Representative, sem esquecer os arquivos presidenciais). Dispensável dizer, também, que vários desses papéis, e não apenas do Department of State no período posterior a 1959, mas também de agências especializadas, ainda não foram totalmente microfilmados pelo NARA. Fontes ainda não exploradas pelos historiadores, em especial aqueles da vertente econômica, são os arquivos da duas organizações “irmãs” de Bretton Woods, o FMI e o Banco Mundial, que possuem acervos que merecem escrutínio detalhado na área financeira.

Na impossibilidade prática, que se espera temporária, de se lograr a catalogação completa desses fundos, para fins de informação dirigida aos pesquisadores interessados no Brasil, sob formato de publicação descritiva, ou da reprodução desses documentos nos formatos adequados para sua transferência a arquivos brasileiros e disponibilização em meio digital, a Embaixada em Washington realizou, no período de 2001 e 2002, este

19

levantamento preliminar sobre os fundos documentais dos Estados Unidos sobre o Brasil e preparou, a partir daí, este *Guia*, que contém uma identificação precisa dos fundos existentes, nos formatos disponíveis (microfilmes, textuais, audiovisuais).

Este levantamento constitui um valioso instrumento de auxilio à pesquisa para todos os estudiosos do Brasil trabalhando com documentação dos Estados Unidos (e não apenas para o estudo de questões bilaterais). Muito ainda resta a ser feito, por todos aqueles interessados, justamente no sentido de se lograr copiar algumas das mais importantes séries documentais nessas instituições, objetivando colocá-las à disposição dos historiadores e cientistas sociais do Brasil. É uma tarefa que não incumbe apenas às autoridades de governo, mas a toda a comunidade potencialmente usuária e beneficiária desse tipo de material.

Algumas das próximas etapas podem compreender, por exemplo, a documentação relativa ao período colonial brasileiro existentes em fundos americanos, de maneira a completar o trabalho já iniciado em relação às fontes européias sobre a história do Brasil. As principais instituições, nesse caso, seriam o próprio NARA – onde existem muitos documentos relativos ao Brasil do período anterior à independência –, a Biblioteca do Congresso, bem como bibliotecas universitárias como a John Carter Brown – da Brown University, em Providence, Rhode Island – e a Biblioteca Oliveira Lima, onde se encontram manuscritos interessando à história portuguesa e brasileira dos seiscentos aos oitocentos e os papéis do arquivo particular do grande diplomata brasileiro (cadernos de notas, recortes, fotos, correspondência passiva, originais manuscritos de vários de seus livros etc.). No mundo ideal dos arquivistas, dos documentalistas e dos pesquisadores se deveria, logo em seguida, efetuar a conversão em formato eletrônico de todo o material assim recuperado e microfilmado, de maneira a permitir a confecção de DVDs, ou de quaisquer outros meios digitais, e lograr, finalmente, o acesso mais amplo possível desses arquivos e papéis online (como aliás, algumas fontes o fazem).

Esperando que possa chegar logo essa “utopia” arquivística, os pesquisadores interessados podem agora consultar este primeiro volume de resultados desse projeto de “resgate” de papéis históricos americanos efetuado pela Embaixada do Brasil em Washington, sob a forma desta obra de referência, *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil*. Cumprimentos especiais devem ser dirigidos a todos os que participaram – o que compreende também a consultora especial do Ministério da Cultura, e coordenadora técnica do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, Esther Caldas Bertoletti – ou que financiaram este projeto – como a fundação de apoio à cultura Vitae –, assim como

20

cabem agradecimentos ao Embaixador Rubens Antonio Barbosa e ao Ministro Paulo Roberto de Almeida, que ao lado e acima de suas muitas ocupações diárias, por certo intensas na primeira missão do serviço diplomático brasileiro, conseguiram conduzir um projeto tão relevante como este para o estudo do Brasil e suas relações exteriores.

Este guia foi composto com o objetivo de resgatar e de preservar um dos “pedaços” de memória brasileira espalhados pelo mundo, neste caso nos EUA. O esforço empenhado em sua produção visou , em última instância, oferecer ao público em geral, em primeiro lugar aos historiadores e aos pesquisadores brasileiros, um guia útil das fontes primárias lá disponíveis sobre nossa história. Estes últimos serão, justamente, poupados em certa medida do “esforço” de localizar locais, de identificar catálogos pertinentes e de selecionar documentos nas bases de dados das instituições pesquisadas, ganhando com isso um precioso tempo quando eles dispõem apenas de curto período de pesquisa. Este volume representa uma missão cultural que pode ser classificada como serviço público, no sentido e, que ele colabora com o trabalho de recuperação de nossa história no exterior.

Brasília, dezembro de 2007

*Addendum* em outubro de 2010:

Esta apresentação foi feita antes da presente publicação dos originais, que só agora se materializa, preservando contudo o GUIA sua utilidade metodológica, mesmo sabendo-se que na área dos arquivos, a cada dia podem ser desvelados novos documentos e condições logísticas para o acesso aos fundos que interessam aos pesquisadores estão a sofrer permanentes e contínuas modificações, pela própria natureza dos acervos.

21

22

**APRESENTAÇÃO GERAL DO PROJETO RESGATE**

***Esther Caldas Bertoletti***

**Técnica Consultora em Documentação da Fundação Biblioteca Nacional Coordenadora Técnica do Projeto Resgate Barão do Rio Branco Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

**MAIS UM SONHO REALIZADO**

O Projeto Resgate de Documentação sobre o Brasil existente no exterior, o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, como se tornou conhecido, do Ministério da Cultura do Brasil, atualmente ligado à Diretoria de Relações Internacionais, em sucessão à Assessoria Internacional, foi coordenado por mais de 10 anos pelo sempre lembrado

Embaixador Wladimir Murtinho, cabendo-me sempre a Coordenação Técnica do mesmo.

Desde o seu início, nos anos 1990, o Projeto Resgate enfrentou o grande desafio de realizar o levantamento documental nas instituições dos países europeus, mais inter-ligados à história do Brasil principalmente nos períodos Colonial e Imperial e, em alguns casos também no período Republicano. Tratava-se de conseguir-se resgatar o importante caminhar conjunto das várias Nações que em um dado momento histórico os destinos sócio-político-culturais se cruzaram com o Brasil.

A idéia germinada nas primeiras reuniões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no início do século XIX, finalmente tomou caráter de projeto institucional, em 1983, em reunião no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, convocada pelo Embaixador Wladimir Murtinho, à época Diretor da Fundação Alexandre de Gusmão. Estava lançada a pedra fundamental do Projeto Resgate sob a inspiração, exemplo e as diretrizes da ação da Unesco do Programa dos “Guias de Fontes para a História das

23

Nações”, iniciado nos anos 1960. Guias esses que indicavam os documentos dos diversos países, por continentes, principalmente, nos arquivos europeus, e que nos remetiam a um roteiro seguro de informações histórico-documentais sobre a América Latina, a África, a Ásia e a Oceania.

Nos anos 1950, o grande e sempre lembrado historiador José Honório Rodrigues em publicação intitulada *As Fontes da História do Brasil na Europa*, falava da necessidade de serem “re-visitados” os diversos arquivos, bibliotecas e museus para que fossem identificados os documentos de interesse para a nossa História em “*pesquisa geral e*

*sistemática de todas as fontes históricas existentes no estrangeiro*”.1 Parceiro desta iniciativa pioneira foi exatamente o Itamaraty, através do Instituto Rio Branco.

Desde então, começou-se a perceber a importância do levantamento de documentos nos países que, por uma razão ou por outra, tiveram e tinham suas ações entrelaçadas às do Brasil em algum momento, transformando essas informações básicas em publicações de instrumentos de pesquisas, Guias, Catálogos ou Inventários. Muitos foram os sonhos desde meados do século XIX até a concretização dos trabalhos nas últimas décadas finais do século XX, com o envio dos primeiros pesquisadores aos arquivos de Portugal e demais países onde, com o apoio das nossas Embaixadas está sendo possível oferecer, hoje, aos estudiosos da História do Brasil elementos facilitadores de suas pesquisas. Muitos foram os apoiadores do Projeto Resgate, instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, para além do próprio Ministério da Cultura.

São inúmeros os instrumentos que hoje fazem parte dos resultados concretos do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” através da dedicação, competência e grande esforço de pesquisadores brasileiros e estrangeiros

1 Cf. José Honório Rodrigues, *As fontes da História do Brasil na Europa*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

24

que literalmente viajaram à tantas outras nações voltando-se para o nosso passado histórico. Tudo começou por Portugal, com o intenso e profundo trabalho na Sala do Brasil e dos Códices, do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, antes Arquivo Histórico Colonial, que detém cerca de 85% dos documentos sobre o período colonial, localizados no exterior sobre o Brasil, e que hoje estão todos lidos, catalogados, microfilmados e digitalizados com ampla difusão em todo o Brasil e no exterior, graças, inclusive à consulta online que é feita no site www.cmd.unb.br . São cerca de 250.000 peças documentais identificadas, em verbetes, e publicadas em 28 Catálogos referentes às antigas Capitanias do Brasil, com um total de 55 volumes.

Paralelamente ao intenso trabalho desenvolvido em Lisboa e dando prosseguimento à hercúlea aventura histórica sonhada desde o século XIX, e por tantos e tantas vezes iniciada, seguiram-se as pesquisas nos demais países e que resultaram nas publicações dos Guias de Fontes de Documentos sobre o Brasil existentes no Exterior, do Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”. Assim é que já foram publicados:

1) *Guia de Fontes para a História do Brasil Holandês*. Brasília e Recife, MinC e Editora da Fundaj/ Masangana, em 2001;

2) *Guia de Fontes para a História Franco-Brasileira: Brasil Colônia, Vice-Reino e Reino Unido*. Brasília e Recife, MinC e Ed. L. Dantas Silva, em 2002;

3) *Guia de Fontes manuscritas para a história do Brasil conservadas em Espanha*, Madrid, Ed. Mapfre Tavera, 2002 (edição bilíngüe); 4) *O Brasil nos Arquivos Britânicos e Irlandeses: Guia de Fontes*. Universidade de Oxford, em 2007 ( com duas edições, uma em português e uma em inglês);

Estamos neste momento ultimando outros Guias que serão publicados até meados de 20111. São eles os Guias da Bélgica, da Itália, e o da Áustria.

25

Para além dos Guias, estão sendo publicados Catálogos relativos à documentação portuguesa e holandesa. Os catálogos dos documentos da Holanda são a Série Mauritiana, que, com o apoio da Universidade de Leiden- Holanda, já foram publicados quatros volumes entre os anos 2004-

2009. Aprofundando os trabalhos na Espanha, temos Catálogo de Cartografia publicado em pela Universidade de Salamanca, em 2004 e outros que estão em fase de conclusão, como o Catálogo de Manuscritos do Arquivo das Índias, de Sevilha/Espanha a ser publicado em Madrid. Este Catálogo de Sevilha é a ampliação, atualização e modernização do antigo Catálogo de João Cabral de Mello Neto publicado pelo Itamaraty, em 1966. Encontra-se, também, sendo realizado neste momento, no Brasil, a leitura e verbetação dos documentos localizados na França e que já foram microfilmados pelo Projeto Resgate para divulgação em futuros Catálogos Inventários.

Muito interessante dizer a quantidade de instituições e cidades arroladas e visitadas pelos pesquisadores do Projeto Resgate na sua trajetória de elemento facilitador dos estudos históricos: em 128 cidades visitadas, foram pesquisados documentos sobre o Brasil em 263 instituições, não incluindo-se aí o trabalho em Portugal.

Mas, em um determinado momento, verificou-se o quão importante e necessário era pesquisar nos Arquivos Americanos e identificar o que estava “conservado” sobre a nossa História, tendo em vista principalmente a existência em Washington da Biblioteca Oliveira Lima. Com esta preocupação e desejosos em disseminar e democratizar a informação, o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” decidiu avançar nos arquivos americanos onde existem muitas e profundas informações para a História do Brasil, e dando valor as crescentes e intensas relações bilaterais entre o Brasil e os EUA, sobretudo na área cultural e dos investimentos privados, e aos esforços empreendidos no passado por Luciano Martins, que trouxe para o Brasil microfilmes de importante relevância nas relações

26

diplomáticas do Brasil com os Estados Unidos, com informações que abrangiam basicamente os séculos XIX e o XX até o final dos anos 50, iniciou-se o Projeto Resgate nos EUA no conhecido National Archives and Records Administration-NARA que é a instituição nacional preservadora dos documentos oficiais e privados do país, e que possui um conjunto documental que supera os três bilhões de documentos. Também foram enumeradas e pesquisadas as Bibliotecas Presidenciais, assim como outras bibliotecas e instituições que se fizeram importantes para as premissas do Projeto Resgate que perfazem um total de 40 instituições em 17 cidades norte-americanas. Não se poderia deixar de citar a famosa Biblioteca deixada sob a guarda da Universidade Católica de Washington, por Oliveira Lima, sem nenhuma dúvida um dos maiores pesquisadores de nossa historiografia e que não só coligiu como adquiriu inúmeros documentos que serviram para o diplomata-historiador escrever suas famosas obras, entre as quais uma sobre D. João VI, até hoje considerada uma das melhores sobre o período Joanino.

Os EUA guardam milhões de papéis e documentos, assim como filmes, fotos, gravações em tantos diferentes suportes eletrônicos, não encontrados em outros países. Diante de tal volume e diversidade histórica, os organizadores do *Guia* formularam uma nova metodologia a ser aplicada ao Projeto Resgate e que ora se publica oferecendo ao pesquisador um verdadeiro “manual de pesquisa”, tendo sito “identificado, localizado e descrito as inúmeras e diversas séries documentais”, tudo isto realizado com o entusiasmado apoio, a devoção e a direção do Embaixador Rubens Antônio Barbosa, nos EUA, sob a coordenação do ministro-conselheiro Paulo Roberto Almeida, executado os trabalhos pelo jovem historiador Francisco Rogido e uma pequena equipe de estagiários.

O apoio da extinta Fundação VITAE, criada pelo entusiasmo do sempre lembrado José Mindlin para além dos recursos do Ministério da Cultura tornaram possível a coleta dos dados e a elaboração do *Guia* que

27

ora se publica graças ao apoio da Fundação Alexandre de Gusmão, sob a Presidência do Embaixador Jerônimo Moscardo, que à época em que esteve à frente do Ministério da Cultura possibilitou ao Embaixador Wladimir Murtinho, então seu Assessor Internacional, estabelecer as diretrizes e as bases do nascente Projeto Resgate.

A todos eles devemos pois os agradecimentos do Ministério da Cultura e em especial ao Projeto Resgate pelos preciosos resultados apresentadas em mais este Guia de Fontes, onde certamente os estudiosos da história do Brasil poderão encontrar as referências e novas pistas para seus estudos. Viva o documento!

28

29

**PREFÁCIO**

***Rubens Antonio Barbosa***

**Embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1999-2004)**

O diálogo com o meio acadêmico foi uma das prioridades do programa de trabalho que me propus executar quando assumi a Embaixada do Brasil em Washington em junho de 1999.

Uma das iniciativas que a Embaixada tomou nessa direção foi apoiar os trabalhos para recuperar a memória sobre o Brasil nos EUA. Quando o projeto me foi apresentado pelo Ministro Paulo Roberto de Almeida e por Esther Caldas Bertoletti, apoiei de imediato e com entusiasmo porque entendi a importância de sua execução para os pesquisadores e historiadores brasileiros.

Procurando identificar a documentação sobre nosso pais existente nos arquivos norte-americanos (Departamento de Estado, do Comércio, da Defesa, do CIA, entre outros), o Projeto Resgate se inseriu como uma das vertentes do esforço de tornar o Brasil e as relações com os EUA melhor conhecidos tanto nos EUA, como no Brasil.

Muitos documentos americanos sobre o Brasil já se encontram depositados em arquivos brasileiros, como o Arquivo Nacional e o do Itamaraty, ambos no Rio de Janeiro, graças ao trabalho pioneiro do sociólogo Luciano Martins e do Embaixador Rubens Ricupero. Basicamente, o Itamaraty e o Arquivo Nacional têm as series relativas ao século XIX e o Arquivo Nacional os papeis do século XX, com lacunas que caberia agora preencher.

A Embaixada, sob a competente coordenação do Ministro Paulo Roberto de Almeida, preparou um volume de referência, o guia das fontes de documentos sobre o Brasil existentes nos EUA, que inclui o conjunto de recursos documentais nos EUA sobre nosso País, que ficou inédito até agora.

Por uma serie de razões, depois de minha saída de Washington em 2004, o Guia não pôde ser publicado. O apoio da Fundação Alexandre de Gusmão, por meio de seu presidente Embaixador Jerônimo Moscardo de Souza, torna possível completar a serie de trabalhos do Projeto Resgate que começou por inspiração do meu saudoso chefe Embaixador Wladimir Murtinho, quando emprestou todo seu entusiasmo e dedicação ao Ministério da Cultura.

30

Já foram publicados Guias da Espanha, França, Holanda e Inglaterra e estão por publicar os Guias da Bélgica, Austria, Itália e o dos Estados Unidos. O guia sobre os EUA, um dos mais ricos de fontes de documentos, deve fechar o projeto que se encerra no final do próximo ano.

Grande parte do êxito desse projeto de valor inestimável para os estudiosos de nossa história deve ser creditado a Esther Caldas Bertoletti, coordenadora técnica do Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Ela foi a dedicada guardiã e impulsionadora do projeto durante todos esses anos em que trabalhou no Ministério da Cultura.

É assim com grande prazer que apresento o resultado de um trabalho de mais de dois anos que tive a oportunidade de supervisionar e que havia ficado em suspenso. Agora sim posso dar por completado, na sua totalidade, o programa de diplomacia publica que levei a cabo durante minha gestão em Washington.

Rubens A. Barbosa

Outubro de 2010

31

**INTRODUÇÃO**

***Paulo Roberto de Almeida e Francisco Rogido Fins***

**Pesquisa histórica e diplomacia: a importância dos arquivos**

O trabalho de pesquisa, de memória e de escritura históricas sempre apresentou importância primordial para a diplomacia, razão pela qual os serviços diplomáticos mais importantes mantêm arquivos, bibliotecas, mapotecas e centros de documentação, em geral, como parte ativa do trabalho de reflexão e de elaboração de posições negociadoras. Da mesma forma, a diplomacia representou, desde sempre, uma fonte essencial de materiais para a história, desde as antigas crônicas para servir às memórias dos príncipes, várias delas testemunhas imediatas dos eventos narrados, até os mais modernos ensaios interpretativos sobre as relações internacionais dos Estados contemporâneos, marcados pela profusão doutrinária e ideológica.

Desde sua profissionalização, a partir do Renascimento, até os dias de hoje, quando o diplomata passou a disputar espaços e competências com os representantes do mundo dos negócios, de entidades não-governamentais e com os próprios burocratas dos organismos internacionais, a diplomacia passou por aperfeiçoamentos técnicos e viu tornarem-se mais complexos os temas inscritos em sua agenda negociadora. Mas ela nunca deixou de recorrer aos precedentes – e portanto ao material histórico – para bem sustentar a defesa de posições que têm a ver com os interesses permanentes dos Estados.

De modo similar, a disciplina histórica deixou o simples relato dos eventos correntes para oferecer densos estudos analíticos das causas e conseqüências dos processos por ela descritos e analisados. Seja na primeira vertente, dita factualista, seja nas demais, de caráter mais ensaístico ou interpretativo, a ciência histórica não pode, porém, dispensar o conhecimento adequado dos fatos que ela se propõe narrar ou interpretar. O trabalho de compilação das fontes constitui, portanto, a base de qualquer elaboração nessa área, com o uso sucessivo de catálogos de documentos originais, de busca e pesquisa nos maços, de comparação de séries documentais primárias e de verdadeiro diálogo do historiador com esses papéis de outras eras.

**Como surgiu a ideia de um *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil*?**

32

Este *Guia dos Arquivos Americanos sobre o Brasil* se insere nesse esforço de identificação e descrição de uma das mais importantes séries documentais para o estudo da história do Brasil na era moderna e contemporânea, uma vez que trata de coleções de papéis depositados nos arquivos dos Estados Unidos, país com o qual, mais do que com qualquer outro, o Brasil interagiu de modo intenso no século XX, aliás desde antes da inauguração do período republicano. Trata-se de um instrumento de pesquisa, como muitos outros que foram elaborados no âmbito do chamado “Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco”, desenvolvido no período imediatamente anterior às comemorações pelos 500 anos do descobrimento do Brasil. Mas, à diferença dos outros catálogos ou guias documentais que serviram de primeiro impulso no âmbito daquele projeto, animado pelo Ministério da Cultura, que tinha à frente de sua Assessoria de Relações Internacionais o saudoso Embaixador Wladimir Murtinho, este guia não se dirige, primariamente, à documentação do Brasil colônia, nem atua sobre um estoque finito de papéis, como foi o caso da maior parte, senão da quase totalidade, dos instrumentos similares de pesquisa elaborados para cobrir a documentação existente nos arquivos europeus.

Ao se pensar na possibilidade de fazer um levantamento documental aplicado ao contexto das relações Brasil-Estados Unidos, e antes mesmo de dar início à pesquisa nas fontes, a orientação dos organizadores desta compilação de fontes tinha como foco a história mais imediata, aquela que se desenvolveu dos anos 1960 aos nossos dias, período no qual nem todos os documentos se encontram disponíveis ou abertos. A motivação dessa escolha era a de que se tratava de um período que, obviamente, havia marcado mais de uma geração de brasileiros, e que ainda está sujeito ao calor – quando não ao fogo – das controvérsias históricas e políticas.

O primeiro desenho do projeto, portanto, feito no início de 2000, não pretendeu se colocar sob a égide do Projeto Resgate, uma vez que, no caso dos Estados Unidos, não se tratava de retomar uma história de quase 500 anos, como ocorria com a maior parte dos projetos conduzidos nos arquivos europeus. O esquema original pretendia cobrir, quando muito, uma história bissecular, muito embora o período realmente valorizado fosse representado pela fase contemporânea dessas relações. A intenção, na verdade, era a de retomar os esforços desenvolvidos pioneiramente nos anos 1980 pelo sociólogo Luciano Martins que, com recursos de um (hoje extinto) banco estatal paulista, conseguiu trazer para o Brasil os mais importantes microfilmes relativos às relações diplomáticas do Brasil com o Reino Unido e com os EUA, cobrindo quase dois séculos de história, basicamente séculos XIX e XX, até o final dos anos cinqüenta.

33

A retomada daquele primeiro esforço logo revelou-se uma tarefa propriamente dantesca, pois quanto mais se avança no tempo, em direção à atualidade, mais as coleções se tornam importantes e volumosas, a ponto de inviabilizar por completo a metodologia seguida no âmbito do Projeto Resgate, de levantamento dos arquivos europeus relativos ao Brasil colônia: lá se trabalhava com um estoque finito, em alguns casos, é verdade, de vários milhares de manuscritos – como é obviamente o caso dos arquivos portugueses – e os catálogos estavam em grande medida “fechados”. No caso dos EUA, se está falando de milhões de papéis e documentos, e de itens os mais diversos, inclusive os mais modernos meios de registro, como os filmes, as fotos, as gravações e os diferentes suportes eletrônicos, com o agravante peculiar de que essas séries estão sendo complementadas e acrescidas todos os dias, praticamente a cada minuto.

Nenhum pesquisador desconhece a importância crucial das relações do Brasil com as principais potências europeias ao longo de cinco séculos, em vista dos intensos fluxos de mercadorias, pessoas e capitais que atravessaram o oceano Atlântico durante esse largo período, a começar pela metrópole sempre presente e tão “centralizadora” que era Portugal. Não obstante, essa intensidade de relações, todos estão prontos a reconhecer, no caso das relações com os EUA, sua absoluta centralidade, no decorrer do século XX. Aqui sim, se pode falar de um verdadeiro “mar oceano” de documentos à espera do pesquisador. Muitos desses materiais já eram conhecidos e tinham sido utilizados em trabalhos de história por parte de pesquisadores americanos, europeus e brasileiros – entre estes, o próprio Luciano Martins, que fez sua tese sobre o início de nossa industrialização pesada e o financiamento americano da primeira siderúrgica nacional.2 Mas o fato é que, quando se concebeu o presente projeto de compilação de fontes e de reprodução tentativa, a maior parte do material mais recente ainda estava carente de identificação mais precisa e faltava uma quantificação realista e sua localização exata para fins de pesquisa histórica. Cada historiador interessado num projeto centrado sobre essas relações tinha que começar identificando as fontes e arquivos disponíveis, trabalhar primeiro sobre a seleção dos maços disponíveis, para só então começar o verdadeiro trabalho de garimpagem de arquivo. O que se sabia, sim, até intuitivamente, era que os americanos eram formidáveis produtores de papéis: despachos, telegramas, memorandos, minutas de reuniões inter-agências, estudos

2 Ver a tese de doutoramento de Luciano Martins, *Pouvoir et développement économique, formation et évolution des structures politiques au Brésil.* Paris : Anthropos, 1976.

34

analíticos pelos órgãos de inteligência, relatórios de *policy planning*, quando não planos de contingência.

A solução encontrada a esse formidável obstáculo de “história quantitativa” foi mudar ligeiramente o enfoque do projeto – que ao início pretendia, pura e simplesmente, copiar o que estivesse disponível – e fazê-lo partir de bases mais modestas, ou seja, primeiro identificar os centros mais importantes de depósito, os arquivos pouco explorados, as coleções quase esquecidas. Mesmo diminuído o “volume” da documentação a ser compulsada, o projeto não deixava de enfrentar problemas importantes. O primeiro esforço, justamente, seria feito no sentido de identificar, localizar e descrever essas séries documentais, como forma de oferecer um “manual de pesquisa” ao historiador interessado.

O segundo problema era o de encontrar tempo e recursos – humanos e materiais – para operar um projeto desse tipo, em meio a uma agenda diplomática dominada por tantos assuntos e tão variadas atividades, cuja principal característica é a de absorver as energias de todos os diplomatas praticamente em quase todas as horas do dia. De fato, quem quer que tenha trabalhado na Embaixada do Brasil em Washington sabe que ela é quase uma “mini-Secretaria de Estado”, com seções cobrindo uma miríade de assuntos – econômicos, políticos, científicos e tecnológicos, financeiros, culturais, imprensa, temas bilaterais e multilaterais – quase repetindo o organograma do ministério em Brasília. As sedes de importantes organizações econômicas e políticas na capital americana – as instituições de Bretton Woods, o BID, a OEA e várias outras – ademais da própria afirmação “imperial” dos EUA sobre a América Latina – com a cooperação militar também assumindo papel relevante no reequipamento de nossas forças armadas – convertem Washington no ponto de passagem obrigatório de vários ministros de Estado e até de prefeitos e governadores das mais diferentes regiões do país, o que significa, também, uma agenda paralela, de cunho social, muito exigente, ao lado do trabalho rotineiro.

A despeito desse ritmo de atividades normalmente intenso, o Embaixador Rubens Barbosa e seu ministro-conselheiro, Paulo Roberto de Almeida, resolveram engajar um tempo extra na promoção de atividades acadêmicas num país já conhecido pela excelência de suas universidades e pelo estímulo a iniciativas ligadas ao mundo cultural e intelectual. O primeiro empreendimento sugerido nesse campo surgiu logo nos primeiros três meses de iniciada a missão diplomática, quando a Embaixada resolveu convidar – sem qualquer tipo de “facilidade” financeira, diga-se de imediato – todos os encarregados de centros de estudos latino-americanos de universidades do país

35

para um encontro em Washington para discutir a promoção ampliada de estudos brasileiros nessas instituições. A reação foi surpreendente, com um afluxo maciço de latino-americanistas e brasilianistas na Embaixada, em outubro de 1999, quando foi lançada a ideia de ser elaborada uma primeira avaliação crítica da produção acumulada por esses profissionais no curso do último meio século. A proposta foi amplamente aceita e frutificou de imediato e, já no ano seguinte, tivemos uma segunda reunião de brasilianistas que se dedicou, com a vivacidade dos debates acadêmicos, a examinar, com todo o rigor devido, os vários capítulos do livro que foi publicado no Brasil sob o título de *O Brasil dos Brasilianistas: um guia dos estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos, 1945-2000* (São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002) e, nos Estados Unidos, sob o título de *Envisioning Brazil: a guide to the study of Brazil in the United States, 1945- 2002* (Madison: Wisconsin University Press, 2005).

Eles não constituíram senão um dos muitos “produtos acadêmicos” que brotaram na Embaixada ao longo desses anos. Outras iniciativas acadêmicas se consubstanciaram na criação de centros ou programas de estudos brasileiros em algumas importantes universidades americanas, como a Georgetown, de Washington, a Columbia, de Nova York, e o Woodrow Wilson International Center for Scholars, também em Washington. Vale mencionar, igualmente, a criação de uma coleção “Brasiliana”, de títulos das ciências sociais brasileiras, mediante acordo da Embaixada com as editoras universitárias de Duke e da Carolina do Norte. Novo seminário de cunho acadêmico diplomático, organizado pela Embaixada em maio de 2003, permitiu reexaminar e avaliar amplamente o estado das relações bilaterais, dele resultando mais um livro: *Relações Brasil-Estados Unidos: assimetrias e convergências* (São Paulo: Editora Saraiva, 2006).

A ideia, porém, de dar início não mais a um simples “produto”, mas a um “processo” de maior escopo, cobrindo a interface da agenda diplomática com a pesquisa acadêmica surgiu diretamente inspirada do exemplo que estava sendo dado pelos promotores do Projeto Resgate, de identificação, recuperação e reprodução de fundos documentais europeus sobre a história do Brasil, em preparação para as festividades dos 500 anos do descobrimento. A primeira constatação então feita foi justamente a de se evidenciar que seria difícil reproduzir, no caso americano, os modelos e procedimentos que estavam sendo seguidos nos diversos cenários europeus cujos itinerários pregressos tinham cruzado, de alguma forma, com a formação da nação brasileira: portugueses, espanhóis, franceses, holandeses, ingleses, italianos e muitos outros. A segunda “descoberta” – na verdade, uma simples recuperação da memória histórica recente – foi

36

a de que muitas das coleções documentais que se cogitava reproduzir em benefício dos pesquisadores brasileiros já se encontravam, à disposição deles no próprio Brasil, no Arquivo Nacional ou no Histórico-Diplomático, no formato de microfilmes que tinham sido comprados mais de uma década antes.

O trabalho que se impunha, portanto, era o de levantamento da documentação existente, de listagem das bases de dados já disponíveis ou ainda inacessíveis, como forma de preparar as tarefas de compilação e de reprodução de séries importantes de papéis diplomáticos para o conhecimento mais amplo da história contemporânea do Brasil. De certa forma, se tratava de explorar novamente o universo de possibilidades de fontes documentais primárias para viabilizar, em seguida, outras etapas do trabalho de “garimpagem” historiográfica, a serem empreendidas pelas instituições públicas de fomento à pesquisa ou diretamente pelas próprias universidades que possuem “laboratórios” de história ou arquivos organizados e centros documentais ocupando-se das temáticas privilegiadas nesses papéis (que, de modo geral, cobrem os mais relevantes aspectos da vida brasileira da era moderna, nos campos político, econômico, diplomático, social e cultural).

De certa forma, o escopo do trabalho a ser realizado nos EUA, também em acréscimo ao que estava sendo feito nos arquivos europeus, era bem mais amplo e diversificado do que o imaginado inicialmente, dada a amplitude e a abrangência das bases de dados disponíveis. Não apenas o Brasil era situado no universo mais vasto do hemisfério, em especial no âmbito do sistema latino-americano, como ele se inseria, do ponto de vista dos papéis mais “interessantes”, no contexto bastante complexo da Guerra Fria, que dividia o mundo entre aliados dos EUA e “alinhados” com a União Soviética (muitos deles involuntariamente). Mais ainda, os documentos diplomáticos americanos se ocupavam não apenas das relações bilaterais do Brasil com os EUA, obviamente, mas também de nossa interface externa, como um todo, uma vez que os esses papéis eram (são) abrangentes a ponto de abordarem com grande grau de detalhe não só nossos problemas internos – políticos, econômicos, sociais –, mas também as relações mantidas pelo Brasil com os vizinhos mais importantes, como a Argentina, por exemplo.

Desse ponto de vista, uma garimpagem puramente exploratória conduzida ainda na fase de planejamento do projeto revelou a existência de muito ouro bruto, mas também de verdadeiros diamantes lapidados, como levantamentos completos da CIA de nossa infra-estrutura aeroportuária e estudos profundos sobre nossos problemas de dívida externa (como o caso ainda relativamente recente da moratória sobre os débitos

37

comerciais implementada em 1987). Não havia dúvidas: o material americano poderia ocupar vários projetos Resgate durante muito tempo, em vasta escala. Seria, portanto, necessário um esforço de racionalização e de *downsizing*.

Essa reversão de expectativas era tanto mais necessária que o projeto tinha de enfrentar as dificuldades prosaicas que caracterizam todo projeto acadêmico no Brasil, que são simplesmente de ordem material. No contexto da época, problemas desse tipo também já se encontravam agravados pelo engajamento do Itamaraty com os diversos “resgates” europeus, bem como pela grande dimensão tomada pelas várias cerimônias

dos 500 anos na cooperação bilateral com Portugal. Se já era difícil conseguir recursos para tratar dos “arquivos mortos”, como superar as imensas dificuldades financeiras associadas à delimitação e “enfrentamento” de incontáveis, intermináveis “arquivos vivos”?

Em uma palavra: esse projeto americano não contava com um tostão furado, e telegramas solicitando verbas ao Departamento Cultura da Secretaria de Estado permaneceram compreensivelmente sem resposta. Neste momento, interveio com a sua proverbial generosidade de fundação devotada à promoção das atividades culturais e educacionais, a Vitae, com fundos suficientes para a aquisição de um computador e o pagamento de um pesquisador, Francisco Rogido Fins, que se dedicou, durante alguns meses, ao levantamento das mais importantes coleções documentais sobre o Brasil existentes nos Estados Unidos. Cabe aqui uma palavra de agradecimento e de reconhecimento ao papel desempenhado nesse processo pelo Dr. José Mindlin, devidamente convertido à causa do “mini-Resgate” americano por ocasião de uma visita sua à Library of Congress. Para ser totalmente transparente, esses recursos não ultrapassaram 20 mil dólares, soma toda ela consumida ao longo de quase dois anos em que durou o projeto de pesquisa. Registre-se, também, que os estagiários voluntários, coordenados pelo historiador Francisco Rogido, foram apenas e tão somente reembolsados de seus custos de transporte, entre a capital e a sede dos arquivos, no estado de Maryland, colaborando de maneira totalmente graciosa para sua consecução exitosa.

Esta a origem, modesta portanto, deste instrumento de pesquisa que vem somar se aos vários outros já publicados sobre os arquivos europeus. Este *Guia*, que depois de muitos percalços e longos anos de espera vem finalmente a público em formato impresso, passa agora a pertencer à própria história da pesquisa brasileira no exterior, um itinerário que, curiosamente, remonta ao primeiro representante do Brasil em

38

Washington, o ministro plenipotenciário José Silvestre Rebelo, que abriu a longa série de enviados diplomáticos à capital americana, entre 1824 e 1829.

De fato, foi Rebelo quem primeiro teve a ideia de propor ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, logo na abertura de seus trabalhos, a identificação, a descrição e a cópia dos arquivos estrangeiros interessando à história do Brasil. Cento e oitenta anos depois de sua sugestão pioneira, este *Guia* cumpre a honrosa tarefa de começar a atender ao seu desejo na vertente americana, ao dar início a esse empreendimento de resgate documental, processo que caberia reinserir no contexto mais amplo da pesquisa historiográfica em torno das relações bilaterais Brasil-EUA.

**Construindo a história da Nação: a busca das raízes**

José Silvestre Rebelo, na qualidade de primeiro representante diplomático do Brasil independente nos Estados Unidos, foi de fato um ministro muito eficiente, como se pode constatar pelo exame da correspondência expedida de Washington, entre 1824 e 1829, parte da qual já tinha sido publicada no *Arquivo da Independência*.3 Como bom negociador do reconhecimento do Império pela República americana, ele logrou cumprir rapidamente seu objetivo, aliás obtido assim que conseguiu ser recebido pelo presidente americano4. Foi ele, também, que sugeriu, alguns anos mais tarde e já de volta ao Rio de Janeiro, que as Câmaras autorizassem o ministro dos Negócios Estrangeiros a mandar adidos ao estrangeiro a fim de copiar manuscritos importantes relativos ao Brasil. A proposta, junto com as instruções para o primeiro adido, foi aprovada, segundo consta da ata de uma das primeiras sessões do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criado em 1838 em torno da ideia de promover a história e o conhecimento geográfico da Pátria.5

Rebelo tinha em mente, antes os “velhos” países ibéricos e os demais estados

europeus, do que os Estados Unidos, já que a jovem república americana ostentava,

3 Ver a compilação de notas diplomáticas do período no *Arquivo Diplomático da Independência* (edição fac-similada da de 1922; Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1972); ver também a coletânea organizada pelo Centro de História e Documentação Diplomática do Itamaraty: *Brasil-Estados Unidos, 1824-1829* (Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009).

4 Cf. Arthur P. Whitaker, “José Silvestre Rebelo: o primeiro representante diplomático do Brasil nos Estados Unidos” in Ministério das Relações Exteriores, Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, *Estudos Americanos de História do Brasil*, Introdução do Professor José Honório Rodrigues. s.l.: Divisão de Documentação, Seção de Publicações, 1967, pp. 99-125; artigo publicado originalmente na *The Hispanic American Historical Review*, vol. 20, nº 3, agosto de 1940, pp. 380-401.

5 Sessão de 7 de junho de 1839, in Revista do IHGB, t. 1, pp. 151, 257-59, apud José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 3ª ed., São Paulo : Companhia Editora Nacional; Brasília, INL, 1978, p. 39.

39

então, uma história de autonomia política apenas algumas décadas mais longa do que a do recém formado Império do Brasil, dispondo, portanto, de reduzida “memória histórica”. Essa orientação europeia da primeira coleta de arquivos sobre a história do Brasil consolidou-se logo depois: o primeiro pesquisador público brasileiro, José Maria do Amaral, foi removido da Legação em Washington, por decreto de 23 de agosto de 1839, para as representações em Madri e Lisboa, a fim de, segundo ainda informa José Honório Rodrigues, “coligir documentos que pudessem interessar à história do Brasil, na conformidade das instruções que enviaria o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deveria manter-se em constante e direta correspondência”.

Mas Amaral, nas palavras de José Honório, “não estava preparado para essas tarefas, ao contrário de Varnhagen, que o [iria] substituir”.6 Varnhagen, nomeado adido de primeira classe em Lisboa em 1842, passa o restante dessa década na capital portuguesa e em Madri, fazendo anotações nos arquivos e copiando documentos que ele julgava relevantes para a nossa história política. Daí resultaria a *História Geral do Brasil*, publicada entre 1854 e 1858, quando Varnhagen já tinha sido nomeado secretário do Instituto.

De fato, as principais fontes para a história colonial brasileira encontravam-se nos arquivos portugueses e espanhóis, complementados pelos da França, dos Países Baixos, da Inglaterra e da Itália (ou melhor do Vaticano e de algumas outras repúblicas e ducados específicos, uma vez que a “Itália” não existia antes de 1870). Por coincidência, esta foi a seleção de países que integraram a primeira fase do *Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”* que, sob a coordenação do Ministério da Cultura (contando com a orientação técnica de Esther Caldas Bertoletti, da Biblioteca Nacional), efetuou a compilação da documentação histórica sobre o Brasil colonial existente no exterior.

O *Projeto Resgate*, estimulado em grande medida pelas comemorações dos 500 anos do descobrimento, realizou um importante empreendimento, que já resultou na publicação, em cooperação com as secretarias estaduais de cultura, fundações locais e universidades, de coleções inteiras de documentos manuscritos avulsos e em códices, coletados basicamente nos arquivos portugueses. Os documentos originais foram microfilmados e depois digitalizados, tendo sido oferecidos a bibliotecas e universidades em formato de CD-ROMs, acompanhados dos respectivos catálogos impressos. O *Projeto Resgate* do MinC, em cooperação com entidades estaduais de

6 Cf. Rodrigues, op. cit., p. 39.

40

fomento à pesquisa e de preservação da memória – os IHGs estaduais, ademais de universidades – estimulou a publicação dos vários guias das fontes primárias sobre o Brasil colonial nos arquivos europeus mais importantes nessa área: holandeses, espanhóis, franceses e italianos.

**As fontes e a importância dos Estados Unidos no período republicano** Se a história colonial do Brasil pode, a rigor, dispensar a consulta a arquivos americanos (a despeito de algumas excelentes coleções de manuscritos e de obras raras relativas ao período, existentes na Library of Congress ou em bibliotecas universitárias como a Oliveira Lima, da Universidade Católica, de Washington, e a John Carter Brown, de Providence, Rhode Island), o período independente, sob a monarquia, e, sobretudo, o contemporâneo, sob regime republicano, não podem, em qualquer hipótese, excluir as fontes primárias existentes nos Estados Unidos. Os dois países têm uma longa história de relações diplomáticas, que vem desde antes da independência (o primeiro chefe de Legação, ministro americano, se instalou no Rio de Janeiro em 1809), continua durante todo o período monárquico (com algumas breves interrupções) e se prolonga até os dias de hoje, com absoluta centralidade dessas relações para a inserção econômica, tecnológica e financeira do Brasil no plano internacional. Dada essa intensidade dos vínculos econômicos, culturais, militares e de vários outros tipos, não se pode negar, portanto, a importância dos Estados Unidos, e de seus arquivos diplomáticos, para a história brasileira, sobretudo no decorrer do longo século republicano.

No século XX, as relações bilaterais entre o Brasil e os Estados Unidos passaram por diferentes situações e atitudes por parte dos dois governos, da aproximação à indiferença, da desconfiança à aliança militar, de uma cooperação tida por exemplar à competição desigual, nas diversas fases de um relacionamento que constituiu um elemento central da diplomacia brasileira, mas que representou, para os EUA, um aspecto secundário de sua afirmação hegemônica no mundo contemporâneo. Na esfera da sociedade, da economia e da projeção estratégica, a “presença americana”, na expressão de Moniz Bandeira,7 é propriamente avassaladora e as relações bilaterais tornaram-se crescentemente intensas, sobretudo nas áreas cultural e dos investimentos privados, na medida em que o Brasil se inseria cada vez mais nos circuitos

7 L. A. Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973; 2ª ed., rev.: *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: I - Presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: Editora Senac-SP, 1998.

41

internacionais. Essas diversas fases do relacionamento bilateral estão perfeitamente consignadas nos arquivos americanos, como um levantamento preliminar efetuado para a montagem deste *Guia* permitiu detectar.

A Embaixada em Washington se prontificou, a partir daí, a abrir um novo capítulo no âmbito do *Projeto Resgate*, dedicado desta vez às fontes primárias existentes nos arquivos americanos. Como escreveu à época o Embaixador Rubens Barbosa, “[s]ão milhares de páginas – grande parte já microfilmada – que, pela densidade analítica e por sua importância intrínseca (dada a centralidade dos EUA na história brasileira, sobretudo depois dos anos 1930), apresentam interesse para os pesquisadores dedicados ao estudo da inserção do Brasil no cenário mundial e a questões variadas do próprio ambiente doméstico”.8

Os Estados Unidos – enquanto primeira potência hemisférica no século XX e principal potência planetária desde o final da Segunda Guerra Mundial – estiveram presentes em todos os lances importantes da diplomacia brasileira nesse período, assim como ocuparam grande parte da interface externa do Brasil no campo econômico, científico, cultural e tecnológico no último meio século. As relações foram (ainda são) marcadas por uma evidente assimetria nos planos econômico, tecnológico e militar, ainda que o Brasil tenha buscado introduzir, no plano diplomático, maior equilíbrio político, com base na reciprocidade e na igualdade de tratamento.

**A pesquisa sobre as relações Brasil-EUA nas fontes americanas** Uma agenda de pesquisas, tomando como base os documentos disponíveis para consulta nos arquivos americanos, abriria espaço para novas interpretações sobre a história interna e sobre a inserção externa do Brasil ao longo do século XX, com ênfase no relacionamento bilateral. Os avanços conceituais e metodológicos da disciplina histórica no Brasil, assim como a superação de velhos preconceitos políticos herdados do período da Guerra Fria e do regime militar no Brasil justificam essa “revisão” das imagens recíprocas, geradas no decurso do “longo interregno” varguista, das crises político-militares da presidência Kubitschek, na transição para um regime de força e na construção de um sistema autoritário-modernizador no Brasil, na primeira fase do período militar. Para esse período, os arquivos americanos estão praticamente abertos (com as exceções de praxe, relativas ao material sensível da área da inteligência).

8 Cf. Rubens A. Barbosa, “A história do Brasil nos arquivos dos Estados Unidos”, *Folha de São Paulo*, 16.02.2001, p. 3.

42

Quais seriam, em conseqüência, os grandes temas de interesse no relacionamento bilateral ao longo do século XX, a partir de uma utilização extensiva dos arquivos americanos? Eles são múltiplos, diversificados e, sobretudo, apoiados em extensa e variada documentação primária, cujo volume entusiasma e ao mesmo tempo assusta ao pesquisador.

Ao tentar descrever, mesmo sumariamente, a riqueza desse material, nossa atenção foi despertada pela documentação nas áreas econômica, política (com ênfase na diplomacia) e na vertente social, por acaso as grandes áreas privilegiadas nos próprios maços consultados. Vejamos, rapidamente, quais foram as grandes linhas das relações bilaterais ao longo do século XX, e sua importância para a organização das fases ulteriores deste grande projeto de coleta de material relevante, processo do qual este *Guia* não constitui senão uma primeira etapa.

Os desníveis de desenvolvimento entre os Estados Unidos e o Brasil já eram evidentes entre o final do século XIX — quando se assistiu a uma primeira tentativa de integração comercial hemisférica patrocinada pelos EUA, na primeira conferência internacional americana de 1889-1890, um precedente histórico para o projeto da Alca — e o início do século XX, quando as relações entre os dois países se consolidam numa mesma referência básica ao regime republicano federativo. Não por acaso, o novo regime político se constituiu como “República dos Estados Unidos do Brasil”, mesmo se a referência conceitual feita ao sistema constitucional americano – onde Rui Barbosa foi buscar algumas fontes de inspiração – fosse mais de forma do que propriamente de conteúdo.

A partir de 1902, o Barão do Rio Branco, armado de uma concepção diplomática baseada no equilíbrio de poderes (competição com a Argentina pela hegemonia regional), opera uma política de aproximação com os EUA. Brasil e Argentina buscarão em vários momentos capturar a atenção dos EUA na busca de uma “relação especial” que sempre revelou-se ilusória. O gigante do Norte tinha proclamado o corolário Roosevelt à doutrina Monroe, justificando suas intervenções no entorno imediato como o exercício de um papel de polícia segundo “padrões de civilização” estabelecidos de comum acordo com as potências europeias. Alguns dos papéis mais relevantes para o estudo dessas questões não se encontram necessariamente no chamado Record Group 59 – papéis diplomáticos do Departamento de Estado – mas no grupo 43 – conferências internacionais – onde a série 43.2.7 cobre os primeiros dez encontros do sistema interamericano.

43

A República brasileira introduziu princípios alternativos de política externa, como o pan-americanismo, área na qual o Império tinha mantido um relativo isolamento em relação às repúblicas do hemisfério. O relacionamento teve um bom começo nos episódios iniciais de afirmação da República, quando, por ocasião das intervenções estrangeiras durante a revolta da Armada, os EUA vêm em auxílio do novo regime,

contra as inclinações monarquistas de algumas potências europeias. Na vertente comercial, um primeiro sucesso é registrado com a assinatura do acordo comercial de 1891, garantindo o acesso do café e do açúcar em condições favorecidas no mercado americano, com a contrapartida da redução das tarifas brasileiras aplicadas a manufaturas e farinhas dos EUA. Esse acordo não vigorou por muito tempo, uma vez que, em 1895, a “tarifa McKinley”, introduzida sob pressão de lobbies setoriais, consolidava uma orientação protecionista, terminando assim com os regimes preferenciais negociados anteriormente. As pesquisas respectivas de Steven Topik, pelo lado americano, e de Clodoaldo Bueno, pelo lado brasileiro, já desvendaram vários meandros diplomáticos da primeira década republicana, mas uma nova consulta aos papéis diplomáticos desse período certamente trará novas luzes sobre uma fase extremamente complexa da história brasileira.9

Pelo resto da República velha, as relações bilaterais serão distantes, operando-se, contudo, a gradual substituição de hegemonias na esfera financeira e dos investimentos, a partir do momento em os EUA se convertem em exportadores de capitais, inclusive para o Brasil, que passa do domínio da libra ao do dólar. Credores americanos participam do esquema financeiro do primeiro plano de apoio ao café (1906), que constitui um exemplo de política anti-cíclica para resolver uma crise de demanda. Essa política de retenção de estoques para sustentação dos preços externo do café despertou entretanto a ira de importadores e grupos de consumidores dos EUA, que exigem de seu Governo ações concretas contra a política oficial brasileira a pretexto de práticas anti concorrenciais. Cabe no entanto chamar a atenção para o fato de que as pesquisas nos arquivos americanos para essa fase são dificultadas pela adoção, entre 1906 e 1910, pelo Departamento de Estado, de um confuso sistema de classificação de documentos, o que fez com que os expedientes relativos ao Brasil ficassem dispersos em diferentes maços, cuja identificação, coleta e cópia ainda não se encontram totalmente realizados.

9 Cf. Steven Topik, *Trade and Gunboats: The United States and Brazil in the Age of Empire*. Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1996; Clodoaldo Bueno, *A República e sua Política Exterior (1889 a 1902).* São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1995.

44

A República dos “bacharéis” busca inserir o Brasil no “concerto das nações”, mediante o envolvimento na Guerra e na ulterior experiência da Liga das Nações, motivo de uma das grandes frustrações na história da diplomacia brasileira. Os EUA, que tinham patrocinado o surgimento da Liga, mantêm-se contudo fora dela, tendo o Brasil abandonado o órgão em 1926. Tanto por parte das grandes potências europeias, como no caso dos EUA, o Brasil se vê confrontado a posturas externas que vão do desprezo e da soberbia ao que mais tarde se chamaria de benign neglect. O período de Roosevelt — que coincide grosso modo com a era Vargas — modificará em parte a postura isolacionista de seus predecessores, buscando uma nova relação com os vizinhos da América Latina, mas ele também coincide com a crise econômica, o fechamento dos mercados e a ruptura dos equilíbrios internacionais. Os EUA emergem como a potência militar incontrastável do pós-Segunda Guerra e o Brasil fará as apostas corretas ao se aliar aos esforços de guerra e consolidar seu alinhamento ideológico desde o início da Guerra Fria.

É o começo da americanização do Brasil, processo já analisado por pesquisadores dos dois países.10 É também o período para o qual os arquivos são de uma riqueza digna do fervor anti-comunista dessa época, o que deve certamente atrair número razoável de pesquisadores interessados nos meandros de uma época hoje superada, O “mundo perdido” da luta ideológica – por vezes material – entre o comunismo soviético e as democracias do ocidente capitalista, capitaneadas pelos EUA, encontra-se perfeitamente mapeado nas imensas séries de documentação primária dos National Archives, com várias “camadas geológicas” de documentos relevantes, esperando a consulta do pesquisador interessado. Felizmente, a maior parte desse material, na versão tradicional do documento textual, já se encontra em formato de microfilme – o que facilita sua aquisição por algumas poucas dezenas de dólares cada rolo – mas séries igualmente importantes de material em outros tipos de suporte – filmes, fotos, mapas – aguardam descrição e consulta.

O mundo do pós-Segunda Guerra é, tanto no plano bilateral, como multilateral, o mais relevante para nossa inserção internacional. O Brasil participa, desde a conferência de Bretton Woods (1944), da construção de uma nova ordem econômica mundial dominada pelos princípios do liberalismo de tipo americano. Aqui, no que se refere ainda ao material diplomático, a série (RG) 43, relativa às conferências

10 Cf. Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Gerald K. Haines, *The Americanization of Brazil: a study of U.S. cold war diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington, Del.: SR Books, 1989.

45

internacionais, é extremamente rica para uma pesquisa cuidadosa sobre muitos dos temas em relação aos quais o Brasil participava como mero espectador, apresentando, se tanto, propostas tendentes à simples estabilização dos preços das “matérias-primas”, vale dizer, o café.

A “opção americana” assumida com maior ou menor ênfase pelos governos brasileiros na era da bipolaridade não impediu a emergência de uma diplomacia do “desenvolvimento” no Brasil, como revelado nos diversos maços de conferências econômicas do imediato pós-guerra, sobretudo no contexto hemisférico. No mesmo contexto diplomático, seria preciso consultar e recuperar os papéis relativos ao Brasil do Escritório de Assuntos Inter-Americanos, que, entre 1937 e 1951 (sobretudo sob Nelson Rockefeller), foi politicamente proeminente nas relações dos Estados Unidos com os países do hemisfério.

Não obstante a doutrina da “segurança nacional”, o pan-americanismo justifica os esforços da diplomacia para a “exploração” da carta da cooperação com a principal potência hemisférica e ocidental. É nesse quadro de barganhas políticas e de interesse econômico bem direcionado que o Brasil empreenderá sua primeira iniciativa multilateral regional, a Operação Pan-Americana, proposta pelo Governo Kubitschek em 1958 e da qual resultará, numa primeira etapa, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e, mais adiante, a Aliança para o Progresso. Mais uma vez, as séries relativas ao relacionamento diplomático bilateral e às conferências americanas são extremamente relevantes para uma nova análise dessa fase de grandes inovações na diplomacia brasileira.

A prática da política externa independente, nos conturbados anos Jânio Quadros João Goulart, representa uma espécie de parênteses inovador num *continuum* diplomático dominado pelo conflito Leste-Oeste. O impacto da revolução cubana e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes. Não surpreende, assim, que a diplomacia brasileira comece a repensar seus fundamentos e a revisar suas linhas de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e a recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas.

A aliança preferencial com os Estados Unidos é pensada mais em termos de vantagens econômicas a serem negociadas do que em função do xadrez geopolítico da Guerra Fria. Para esse período, novos papéis estão sendo continuamente trazidos à luz

46

pelo projeto de pesquisa histórica da Guerra Fria, mediante o apelo sistemático ao Freedom of Information Act (FOIA). Esse projeto (Cold War International History Project, *www.cwihp.si.edu*), administrado pelo Woodrow Wilson International Center for Scholars, funciona desde 1991 numa base inter-universitária, podendo abrir novas vertentes para a pesquisa sobre o envolvimento da América Latina e do Brasil nas peripécias político-militares da Guerra Fria.

A situação de ambigüidade nas relações diplomáticas com os Estados Unidos ao longo da “democracia populista” dura pouco, uma vez que já em 1964 se opera uma volta ao alinhamento. Entretanto, o reenquadramento do Brasil no “conflito ideológico global” representa mais uma espécie de “pedágio” a pagar pelo apoio dado pelos Estados Unidos no momento do golpe militar contra o regime populista do que propriamente uma operação de reconversão ideológica da diplomacia brasileira. Os papéis americanos revelam, contrariamente a certas correntes de interpretação histórica no Brasil (que tendem a ver uma “uniformidade adesista” na orientação pró-americana do novo regime), um jogo sutil, bastante complexo, entre diplomatas ideologicamente comprometidos com a “nova aliança” e outros, provavelmente a maioria, favoráveis à continuidade de uma postura própria nos assuntos internacionais e regionais. Em todo caso, os papéis diplomáticos precisariam nesse particular ser complementados por documentos da área de inteligência, para um panorama mais detalhado do período, o que todavia não é fácil de conseguir, dada a sensibilidade do material (e o fato de que os atores de certa forma ainda estão atuantes).

Observa-se, nessa fase, um curto período de “alinhamento político”, durante o qual o Brasil adere estritamente aos cânones oficiais do pan-americanismo, tal como definidos em Washington. Ocorre, numa seqüência de poucos meses, a ruptura de relações diplomáticas com Cuba e com a maior parte dos países socialistas, assim como a participação na força de intervenção por ocasião da crise da República Dominicana. A política multilateral, de modo geral, passa por uma “reversão de expectativas”, para frustração da nova geração de diplomatas que tinha sido educada nos anos da política externa independente, inspirando-se em homens como San Tiago Dantas. Os arquivos diplomáticos são excepcionalmente prolíficos nesse período inicial do regime militar, podendo-se complementar os papéis oficiais com os depoimentos do ex-embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, antigo acadêmico convertido à diplomacia, depois designado Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos.11

11 O ex-embaixador americano no Brasil (1961-1966) Lincoln Gordon publicou, nos Estados Unidos, um livro sobre o desenvolvimento político e econômico do Brasil: *Brazil’s Second*

47

No plano econômico, a volta à ortodoxia na gestão da política econômica permite um tratamento mais benigno da questão da dívida externa, seja no plano bilateral, seja nos foros multilaterais do Clube de Paris ou nas instituições financeiras internacionais, como o FMI. É sintomático que a única assembléia conjunta das organizações de Bretton Woods a realizar-se no Brasil, tenha tido por cenário o Rio de Janeiro da primeira era militar, em 1967, quando se negocia a instituição de uma nova liquidez para o sistema financeiro internacional, o Direito Especial de Saque do FMI. Os papéis relevantes para essas questões não são mais os diplomáticos e sim os do Departamento do Tesouro, que conformam uma série à parte dos arquivos americanos, com subseções para os assuntos internacionais, em especial para as assembléias das instituições de Bretton Woods.

Tem início no Brasil, a partir de 1967, uma fase de “revisão ideológica” e de busca de autonomia tecnológica. A atitude “contemplativa” em relação aos EUA cede lugar a uma diplomacia profissionalizada, preocupada com a adaptação dos instrumentos de ação a um mundo em mutação, e instrumentalizada para a consecução dos objetivos nacionais de crescimento econômico. Praticou-se uma “diplomacia do desenvolvimento”, consubstanciada na busca da autonomia tecnológica, inclusive nuclear, com a afirmação marcada da ação do Estado no plano interno e externo, mesmo à custa de conflitos com os EUA (denúncia, em 1977, do acordo militar de 1952, por motivo de interferência nos “assuntos internos” do País, de fato na questão dos direitos humanos). Observa-se no período a confirmação da fragilidade econômica do País, ao não terem sido eliminados os constrangimentos de balança de pagamentos que marcaram historicamente o processo de desenvolvimento: as crises do petróleo, em 1973 e 1979, seguida pela da dívida externa, em 1982, marcam o começo do declínio do regime militar. Alguns documentos analíticos dos órgãos de inteligência dos EUA focalizam com extremo rigor técnico os dilemas do Brasil em torno da questão da dívida externa, como por exemplo a moratória de 1987, papéis liberados atualmente no contexto do *Freedom of Information Act*.

**As coleções documentais sobre o Brasil nos EUA**

*Chance: En Route toward the First World* (Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2001), no qual inseriu uma seção sobre a questão da participação americana no momento do golpe militar de 1964. Com tradução do Emb. Sérgio Bath, o livro foi publicado no Brasil, com introdução de Paulo Roberto de Almeida e um novo capítulo suplementar, com documentos inéditos, sobre esses anos de crise política contínua: *A Segunda Chance do Brasil: a caminho do Primeiro Mundo* (São Paulo: Senac-SP, 2002).

48

Em contraste favorável com a relativa dispersão dos arquivos europeus, os mais importantes papéis americanos encontram-se concentrados nos National Archives and Records Administration (NARA), localizado em College Park, no estado de Maryland, região metropolitana de Washington. Graças aos esforços empreendidos em meados dos anos 1980 pelo sociólogo Luciano Martins, embaixador do Brasil em Havana na segunda administração Fernando Henrique Cardoso, boa parte dessa documentação microfilmada já se encontra disponível no Brasil. O Arquivo Histórico Diplomático, no Itamaraty do Rio de Janeiro, possui os documentos diplomáticos relativos ao século XIX, na verdade de 1809 a 1906, ademais de expedientes consulares emanados de dez postos, com destaque para o próprio Rio de Janeiro. O Arquivo Nacional conserva outra série de papéis diplomáticos, desde 1910 até 1959, com exceção dos expedientes relativos ao período da Segunda Guerra e do período 1906-1910. Os microfilmes faltantes (um total aproximado de 89 rolos) estão disponíveis para aquisição junto à administração do NARA. O material já disponível no Brasil foi informado na seção final deste *Guia*.

Entretanto, parte substantiva da documentação do NARA, com relevante potencial para uma pesquisa sobre aspectos diversos da história do Brasil, ainda não foi microfilmada e não se encontra disponível para consulta no Brasil. Por motivos diversos (geralmente ausência de recursos), ainda não se conseguiu dar a essa parte da documentação a atenção que eventualmente ela mereceria, já que bastaria ao governo encomendar a compra ou a microfilmagem dessas fontes. Encontram-se eventualmente nessa situação papéis do Tesouro (os arquivos se estendem de 1775 a 1990), do Departamento do Comércio (1898-1982), do Eximbank (1933-1975), da Comissão de Energia Atômica (1923-75), da International Trade Commission (1882-1971), dos antecessores do US-Trade Representative (1934-78), sem esquecer os papéis da CIA, cujos antecedentes funcionais remontam a 1894. Estes últimos podem ser requisitados para consulta mediante o dispositivo do FOIA, mas o prazo para que os documentos sejam liberados após a requisição pode variar, por razões administrativas, de três a seis meses. Um projeto adequado, que continuasse o esforço empreendido quando da preparação deste *Guia*, poderia completar as lacunas existentes na documentação, por meio de um apelo sistemático ao FOIA nas séries relevantes. Por outro lado, foram descritos sumariamente neste *Guia* os papéis constantes de arquivos presidenciais (como os de Roosevelt, Truman, Kennedy, Johnson, Carter e Reagan, para ficar nos mais conhecidos).

49

Um projeto ambicioso, com esses objetivos, deveria, idealmente, realizar as seguintes tarefas:

a) identificação precisa dos arquivos existentes e sua quantificação preliminar, nos formatos disponíveis (microfilmes, textuais, iconografia, audiovisuais); b) preparação de um guia abrangente, realizando esse inventário para fins de informação dirigida à comunidade dos pesquisadores brasileiros e à sociedade civil (ampliando este que agora se apresenta);

c) catalogação precisa dessas fontes primárias, envolvendo, numa primeira etapa, a documentação diplomática, estendendo-se posteriormente a arquivos suplementares;

d) aquisição dos microfilmes disponíveis no NARA, bem como reprodução de material relevante ainda não microfilmado, segundo escala de prioridades a ser definida (iniciando provavelmente pelo material mais recente).

Com base na catalogação seria possível iniciar-se a reprodução dos documentos ainda não disponíveis no Brasil, sua transferência a arquivos brasileiros e sua transposição em formato digital. A documentação assim recolhida deveria ser colocada à disposição dos arquivos brasileiros (Arquivo Nacional e Arquivo Histórico Diplomático), da Biblioteca Nacional, bem como, mediante sua reprodução em meio eletrônico, de outros centros de pesquisa e universidades interessadas. Ele deveria igualmente integrar uma ampla base de dados digital de um Projeto Resgate renovado, que deveria ser divulgado online.

Uma outra dimensão de um projeto verdadeiramente abrangente envolveria, não os documentos oficiais americanos (sobretudo papéis diplomáticos) depositados em instituições como o NARA, mas documentos avulsos ou coleções privadas, como, por exemplo, os manuscritos da coleção Oliveira Lima, preservados na biblioteca do mesmo nome, ou ainda coleções relevantes para nossa história econômica, como os arquivos de Percival Farquhar, milionário americano e grande investidor no Brasil durante a primeira metade do século XX (na estrada de ferro Madeira-Mamoré, entre outros), depositados na Biblioteca da Universidade de Yale. Esse tipo de pesquisa seletiva e a ulterior reprodução dos documentos relevantes exigiriam projetos específicos para cada um deles, em virtude de aspectos peculiares a cada arquivo ou centro documental, dada as características das coleções envolvidas em cada caso.

O projeto de identificação de fontes documentais americanas, tal como iniciado dez anos atrás e refletido parcialmente neste *Guia*, cuja efetivação e continuidade dependem da obtenção de recursos de fontes oficiais e privadas, pode ser visto como

50

uma demonstração da dedicação e seriedade com que iniciativas de tipo acadêmico foram conduzidas pela Embaixada do Brasil em Washington, sob a condução do Embaixador Rubens Barbosa. Este *Guia* representa apenas um passo inicial; muito ainda precisa ser feito para servir de modo adequado à pesquisa e à construção da memória histórica do Brasil, inclusive com fontes estrangeiras relevantes como são as depositadas em instituições americanas. Os organizadores se sentirão plenamente gratificados em seus propósitos originais se o trabalho aqui iniciado receber a continuidade que estaríamos no direito de esperar da parte de todos aqueles interessados nos avanços da pesquisa histórica no Brasil.

51

Guia dos arquivos americanos sobre o Brasil

52

53

**1. *NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS ADMINISTRATION***

A presente seção deste Guia é a mais extensa, uma vez que o *National Archives and Records Administration*, comumente conhecido como NARA, é a instituição nacional depositária do governo dos Estados Unidos, como tal encarregada da preservação de documentos oficiais e privados, sendo portanto o arquivo americano com o maior volume de papéis históricos. Contando com um conjunto superior a três bilhões de documentos, divididos em mais de 400 seções, ou *Record Groups* (RG), o NARA concentra documentos de diferentes agências e departamentos do governo americano, bem como de fontes privadas.

Foi basicamente a partir dos inventários existentes no NARA que organizamos a presente seção, relativa à informação referente ao Brasil (sobretudo diplomática) no período que se estende do início do século XIX até o terço final do século XX.12

Os fundos principais do *National Archives and Records Administration* localizam-se em dois locais. O primeiro deles (NARA I) localiza-se no centro de Washington, D.C. e o segundo (NARA II) localiza-se em College Park, no Estado de Maryland. O NARA I, que é o prédio original, possui um pequeno acervo, principalmente no que se refere às pesquisas genealógicas e algumas séries de documentos militares do início do século XIX. O NARA II encontra-se em um moderno complexo de edifícios e seu objetivo é o de receber documentos do antigo escritório de Washington, bem como novas aquisições e depósitos. O NARA II concentra, portanto, a maior parte do acervo do NARA. Existem, entretanto, diversos centros regionais do NARA, em 21 outros estados americanos, inclusive no Alaska. Alguns desses centros estão constituídos sob a forma de bibliotecas e arquivos presidenciais, a exemplo do Museu e Biblioteca Presidencial William Clinton, na capital do seu estado de origem, Little Rock, Arkansas; o mesmo se aplica às bibliotecas Reagan e Nixon, na Califórnia, John Fitzgerald Kennedy, no Massachusetts, e a Jimmy Carter, em seu estado, a

Georgia. Outros centros foram constituídos a partir de centros de depósitos mais

12 Um introdução metodológica à organização arquivística do NARA e uma apresentação geral de sua base documental pode ser vista nesta publicação da própria instituição: Robert B. Matchette et al. (orgs.), *Guide to Federal Records in the National Archives of the United States* (Washington, DC: National Archives and Records Administration, 1995, 3 volumes, 2428 p.); sua versão eletrônica pode ser consultada neste link: http://www.archives.gov/research/guide fed-records/index.html.

54

antigos, como a Biblioteca Herbert Hoover, no Iowa, a Eisenhower, no Kansas, a Harry Truman, no Missouri, a Franklin Roosevelt, em Hyde Park (NY), e a Lyndon Johnson, no Texas, estado que também abriga a biblioteca George Bush (pai), ambas afiliadas à universidade estadual (como aliás é o caso de várias outras bibliotecas e arquivos presidenciais).

Criado em 1934, o NARA tem como objetivo reunir e preservar documentos oficiais do governo dos Estados Unidos cuja existência e preservação se encontravam ameaçados, dando-lhes, portanto, melhores condições de armazenamento. Com o passar dos anos e o advento de novas tecnologias, surgiram outras formas de documentação que não textuais, tais como gravações sonoras, mapas e fotografias. Passou-se igualmente a à etapa da digitalização de documentos, tornando o material disponível imediatamente.

O material textual do NARA inclui mais de 4 bilhões de laudas do Executivo, do Legislativo e do Judiciário dos EUA. A coleção multimídia inclui aproximadamente 300 mil rolos de filmes, mais de 5 milhões de mapas, croquis e desenhos arquitetônicos, mais 200 mil gravações de audiovisuais, mais de 9 milhões de fotografias aéreas, aproximadamente 14 milhões de fotografias estáticas e posters e cerca de 7.600 bases de dados digitais. O NARA também possui arquivos relativos à construção do canal do Panamá e conserva a guarda de documentos nazistas capturados na Europa, ao final da Segunda Guerra Mundial, inclusive arquivos do Partido Nacional-Socialista Alemão, desde sua fundação, em 1920, até 1945. O trabalho de digitalização de todos esses materiais é conduzido pelo NARA em bases regulares e permanentes, o que deve aumentar ainda mais a acessibilidade futura aos documentos ali depositados. O site do NARA costuma informar sobre a progressão dos trabalhos nos fundos documentais que podem ser acessados, inclusive sobre as cópias e reproduções que podem ser encomendadas diretamente, inclusive por correspondência eletrônica.13

**1.1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Formas de acesso**

O NARA I está localizado na Pennsylvania Avenue, onde fica a entrada principal, entre a 7th St. e a 9th St. Uma outra entrada, chamada de Rotunda, fica na

13 Ver o link: http://www.archives.gov/research/order/. A tabela de preços, nas diferentes modalidades de arquivos e formatos de documentos, figura aqui:

http://www.archives.gov/research/order/fees.html.

55

Constitution Avenue e inclui o Exhibit Hall. A estação de metrô Archives-Navy Memorial da linha verde ou amarela fica logo em frente ao prédio.

O NARA II está localizado na Adelphi Road perto do campus da Universidade de Maryland, em College Park. É possível, durante a semana, utilizar o ônibus do próprio NARA, fazendo trânsito regular entre os dois escritórios. Outra forma de alcançar o NARA II é ou pela linha R3 de ônibus que serve a linha verde do metrô nas estações Greenbelt, Prince George’s Plaza e Fort Totten, ou pela linha C8 de ônibus que serve a linha vermelha do metrô na estação Glenmont. Aos sábados, alguns ônibus levam os pesquisadores para College Park e os trazem de volta gratuitamente. Os horários e locais de partida podem ser consultados pelo site do NARA ou pelo telefone 1-866-272-6272 (1-86-NARA-NARA).

**Acesso às fontes**

A admissão na sala de leitura e o pedido de documentos se fazem mediante a apresentação do *Research Card of the National Archives and Records Administration*. Para obtê-lo, o usuário deverá levar consigo o passaporte ou outro documento que contenha sua identificação e fotografia. Com apresentação de um deles, a carteira é emitida na recepção do NARA II.

A sala de consulta dos catálogos do NARA II se encontra no segundo andar do prédio principal. Todos os catálogos estão disponíveis para consulta geral, sendo o mais importante para o Brasil o *Record Group 59* (RG 59). Este RG refere-se ao Departamento de Estado, e consolida os papéis diplomáticos (instruções do Departamento de Estado, relatórios, despachos, cartas, documentos consulares, memorandos e comunicações diversas a governos). Existem, contudo, muitos outros *Record Groups* com documentos valiosos relativos ao Brasil, vários dos quais serão listados adiante.

**Formas de classificação dos arquivos**

O sistema utilizado pelo governo dos EUA para arquivamento da documentação assumiu, desde o início, diferentes formas, sendo que, de 1910 a 1963, o Departamento de Estado usou um sistema decimal para seus arquivos centrais. Assim, os documentos foram organizados individualmente por tópico com número para os arquivos. O sistema decimal consiste de 9 classes primárias numeradas de 0 a 8, sendo que cada número refere-se a um tópico.

56

Os principais arquivos descritos neste volume encontram-se na classe 8, relativos aos documentos do governo americano sobre os assuntos domésticos (*Internal Affairs*) de outros Estados. O Brasil está classificado no número 32. Assim, os documentos que possuem número de arquivo 832 pertencem à categoria dos problemas internos (políticos, econômicos e sociais) do Brasil. Um ponto decimal é usado após esses primeiros três dígitos, seguido por um número que representa um subtópico especifico. Este número é seguido por uma barra (/) e os números subseqüentes a esta representam a data em que o documento foi criado ou preenchido, sendo o primeiro número o indicador do mês, seguido por um traço (-), e os dígitos após este representam o dia e o ano. Por exemplo, tomemos o número: 832.00/1-247. O “00” significa que o subtópico é relativo a problemas políticos e os números após a barra indicam que o documento foi criado em 2 de janeiro de 1947.

Foi a partir de 1941 que o NARA passou a preservar os documentos oficiais depositados em seus arquivos sob a forma de microfilmes, uma vez que preservam os documentos originais da deterioração e de outros danos quando do manuseio. Além desse objetivo de preservação, os microfilmes também facilitam a aquisição do conteúdo dos arquivos por bibliotecas, centros de pesquisa e, até mesmo, por indivíduos.

Os microfilmes do NARA estão divididos em cinco tipos: M, A, T, P e C. A maior parte das publicações classificadas como M são séries completas de arquivos e, normalmente, no início de cada uma dessas publicações, geralmente em cada rolo, há uma introdução expondo o conteúdo dos arquivos, o que facilita a utilização desse tipo de material pelos pesquisadores. Cada introdução contém a história da agência de origem descrita de forma breve e geral e uma explicação da organização dos arquivos. Algumas introduções incluem partes especiais com índices e apêndices.

As publicações A, T, P e C, diferentemente das M, não são reprodução de séries completas e podem conter apenas alguns segmentos, sejam eles datas ou assuntos, de séries maiores. A e T são publicações que podem ser cópias de microfilmes produzidos por outras agências federais e preservados posteriormente pelo NARA. Estas são reproduzidas e vendidas exatamente na forma em que foram filmadas e podem não ter a introdução característica do M. P são publicações feitas com o único propósito de preservação. C são publicações produzidas por contratantes privados e disponíveis no NARA após 7 anos de publicação.

**Serviços**

57

*Fotocopiagem e microfilmagem*

Além das leitoras/impressoras de microfilmes, localizadas no setor dos microfilmes, a sala de leitura geral, localizada no 2o andar, possui várias copiadoras públicas que são operadas com um cartão recarregável do NARA, dispensando o uso de moedas. Não há limites de cópias, mas o grande número de usuários, principalmente no período de férias universitárias (maio-agosto), pode tornar a demanda particularmente intensa. É importante lembrar que cada documento deve sempre ser examinado por um funcionário do NARA. Caso o documento possua grampos ou clips, os mesmos devem ser removidos pelo funcionário que, no momento do exame, fornecerá um pequeno papel com um número de ordem que deve ser anexado ao documento no momento da cópia. As cópias sem esse número não podem sair do prédio do NARA.

*Microfilmes*

Todos os documentos publicados em microfilmes podem ser comprados por meio do preenchimento de um formulário e o pagamento de aproximadamente US$ 40. A compra pode ser feita com cheque ou cartão de crédito. As encomendas por correio devem ser endereçadas ao *National Archives Trust Fund* (NAT), P.O. Box. 100793, Atlanta, GA - 30384-0793.

*Computadores*

O NARA II não possui uma sala de computadores específica para consulta ou acesso à internet. No setor de iconografia é possível acessar a base de dados bibliográficos disponibilizadas pelos terminais do Arquivo. É permitido o uso e a conexão de computadores portáteis nas tomadas de energia elétrica das salas de leitura.

*Consulta de livros, revistas e periódicos especializados*

Caso seja preciso a consulta de algum livro ou material de uso pessoal, como dicionários ou obras de referência pertencentes ao próprio pesquisador, os mesmos devem ser controlados (por meio de carimbo) pelo funcionário do NARA na entrada do prédio.

O terceiro andar do NARA II possui um setor de obras de referência. Grande parte das revistas de sociedades históricas americanas, catálogos publicados pelo próprio NARA, dicionários, enciclopédias e revistas científicas em geral podem ser encontradas nesse setor.

58

*Reserva de material e espaço*

O setor de fontes primárias em papel dispõe de um serviço de reserva de documentos. Os pesquisadores que planejem usar as fontes primárias referentes aos memorandos e relatórios em formato textual, por períodos longos, podem reservá-los e mantê-los por um prazo de até três dias nas caixas dos respectivos documentos.

**Contatos**

*Nara I – Washington, DC Nara II – College Park* 700 Pennsylvania Avenue NW 8601 Adelphi Road Washington, D.C. 20408 College Park, MD 20740-6001 1-866-272-6272 *toll free* 301-837-0483 *fax http://www.archives.gov*

**1.2. PRINCIPAIS *RECORD GROUPS* RELACIONADOS COM O BRASIL**

Podem ser encontrados documentos relativos ao Brasil mesmo no período anterior ao estabelecimento de relações diplomáticas formais, uma vez que Portugal acreditou um ministro nos Estados Unidos alguns anos depois que estes declararam sua independência, o mesmo tendo feito os Estados Unidos a partir de 1791. Desde o início, o Departamento de Estado passou a arquivar, sistematicamente, os documentos diplomáticos criados ou recebidos, muito embora nem sempre segundo critérios uniformes.

Cabe aqui destacar os seguintes elementos de informação relativos a essa organização:

▪ Entre 1906 e 1910, o Departamento adotou um sistema de arquivo tópico-numeral, guardando documentos em uma serie única de números e usando um índice para ajudar a pesquisa. Este *Numerical and Minor File* foi filmado como *National Archives Publication* M862.

▪ Entre 1910 e 1963, o Departamento usou um outro sistema tópico-numeral chamado *Decimal File*. Vale contudo destacar que, entre 1950 e 1963, uma versão revista desse sistema foi utilizada.

▪ Entre 1910 e 1929, todos os arquivos na Classe 7 foram filmados. Dessa forma, os arquivos sobre as relações políticas entre Brasil e os Estados Unidos estão no M525, e entre Brasil e outros Estados no M526. Os arquivos contidos no M519 são os da Classe 8 e englobam o período de 1910 a 1929.

59

▪ O período entre 1930 e 1939 encontra-se no M1472 e o período entre 1945 e 1949 está no M1492.

▪ Arquivos adicionais sobre casos internos do Brasil para o período de 1950 a 1954 (Classe 7, revisado) estão no microfilme M1487.

**1.2.1. RG 39 – *DEPARTMENT OF TREASURY, BUREAU OF ACCOUNTS*** Neste *Record Group* encontra-se material sobre os empréstimos feitos para os países da América Latina na época da Primeira Guerra Mundial.

**1.2.2. RG 40 – *DEPARTMENT OF COMMERCE***

O material coletado neste grupo refere-se aos documentos do Departamento de Comércio, no período 1903-1950.

**1.2.3. RG 43 – *INTERNATIONAL CONFERENCES, COMMISSIONS AND EXPOSITIONS*** Encontra-se nesse grupo material relativo ao Congresso do Panamá (1826-1827), à guerra anglo-espanhola e às negociações de paz, bem como determinadas organizações multilaterais, a exemplo das conferências interamericanas no período de 1889 a 1951.

**1.2.4. RG 59 – *DEPARTMENT OF STATE***

Este é o maior e mais importante *Record Group* de interesse para pesquisadores do Brasil. Grande parte deste RG é composta por instruções para os postos diplomáticos e consulares, relatórios, despachos, cartas, memorandos e comunicações com representantes de governos com os quais os EUA mantêm relações. Os expedientes das representações (embaixadas e consulados) contêm vários tipos de informação, que vão desde comunicações de serviços às densas descrições e relatórios sobre as condições sócio-econômicas e políticas do país. Este *Guia* dá um destaque especial a este *Record Group*, descrevendo com maior detalhe as séries relativas ao Brasil (ver Apêndice 4.1).

Apesar de não ter sido possível um exame sistemático e descrição de todos os documentos disponíveis sobre o Brasil nos arquivos do NARA, tendo em vista a imensa quantidade de material produzido desde o início das relações diplomáticas, cabe destacar o vasto potencial de pesquisa nesses fundos, como se poderá constatar mediante consulta aos itens relacionados no Apêndice.

60

O RG 59 possui uma longa seção iconográfica sobre as décadas de 1940-60, que está listada no Apêndice 4.1.2 deste *Guia*, com a mesma organização utilizada pelo NARA, a fim de facilitar a pesquisa.

Este RG tem suas caixas divididas, grosso modo, por países. Sendo assim, o pesquisador pode encontrar com certa facilidade documentos referentes a quase todos os países da América Latina, como por exemplo a Argentina (seções dedicadas às relações do Brasil com a Argentina encontram-se nas séries documentais relativas ao Brasil).

**1.2.5. RG 63 – *COMMITTEE ON PUBLIC INFORMATION***

Este grupo reúne material referente à propaganda de atividades na Argentina, Chile, México e Brasil durante a Primeira Guerra Mundial.

**1.2.6. RG 65 – *FEDERAL BUREAU OF INVESTIGATION***

No RG 65, encontram-se, por exemplo, relatórios sobre atividades das potências do Eixo na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial.

**1.2.7. RG 84 – *FOREIGN SERVICE POSTS OF THE DEPARTMENT OF STATE*** Os documentos encontrados neste *Record Group* são, originalmente, os mesmos produzidos pelas embaixadas e legações dos EUA, como correspondência com oficiais locais e com outros postos. A maioria dos documentos aqui encontrados é contudo cópias daqueles arquivados sob o RG 59.

**1.2.8. RG 90 – *PUBLIC HEALTH SERVICE***

O material relacionado neste *Record Group* refere-se aos relatórios e correspondências sobre os problemas sanitários na América Latina durante o período que se estendeu de 1879 até 1944.

**1.2.9. RG 122 – *FEDERAL TRADE COMMISSION***

Neste grupo encontra-se material referente ao antigo *Bureau of Corporations*, que foi integrado ao *Federal Trade Commission* no início do século XX.

**1.2.10. RG 166 – *FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE***

O RG 166 fornece uma extensa documentação sobre produção, mercados, competição e política para a agricultura na América Latina, no período correspondente aos anos de 1904 até 1954.

61

**1.2.11. RG 169 – *FOREIGN ECONOMIC ADMINISTRATION***

Este *Record Group* traz, dentre os seus muitos documentos, densos relatórios econômicos sobre o desempenho dos países latino-americanos durante a Segunda Guerra Mundial.

**1.2.12. RG 229 – *OFFICE OF INTER-AMERICAN AFFAIRS***

Encontram-se neste RG relatórios sobre atividades colocadas sob a coordenação do *Office of Inter-American Affairs*, como aquelas conduzidas por Nelson Rockefeller em vários países da América Latina, especialmente no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial.

**1.2.13. RG 263 – *CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY***

O material encontrado no RG 263 trata de temas variados, geralmente sensíveis, mas não apenas políticos. Existem vários relatórios semestrais e anuais da *Central Intelligence Agency* (CIA) relativos ao Brasil, que podem ser acessados de duas maneiras:

a) por via digitalizada no terceiro andar do prédio NARA II; e,

b) por meio de documentos impressos através da sala de consulta geral, no segundo andar do prédio.

O pesquisador pode deparar-se com vários relatórios ainda ostentando tarjas negras escondendo os nomes dos principais responsáveis pelas informações ou suas fontes.

É freqüente encontrar também estudos encomendados, de maior extensão, a respeito da ameaça comunista no Brasil durante o período da Guerra Fria, relatando a posição de partidos, lideranças da imprensa, da Igreja, das Forças Armadas, etc. Há também muitos recortes de jornais, o que mostra que os postos diplomáticos desempenhavam, entre outras funções, a de manter os escritórios centrais da CIA informados sobre a opinião pública no Brasil. Documentos reservados ou censurados podem ser objeto de recurso ao *Freedom of Information Act* – FOIA (ver Apêndice 4.4).

Também se incluem nesse grupo documentos relativos a emissões radiofônicas dirigidas ao estrangeiro.

**1.2.14. RG 275 – *EXPORT-IMPORT BANK OF THE UNITED STATES***

62

Este *Record Group* apresenta documentos originais, muitos deles relativos a países da América Latina, desde a criação do Eximbank (1934), sendo que a grande maioria está organizada em ordem cronológica.

A lista de assuntos no RG 275 é bem variada, podendo conter desde minutas das reuniões da Casa Branca à lista de produtos importados e exportados. Também podem ser encontrados nesse grupo informações sobre atividades do Fundo Monetário Internacional e dos departamentos do Comércio e do Tesouro.

**1.2.15. RG 333 – *INTERNATIONAL MILITARY AGENCIES***

Os documentos aqui encontrados remetem à Segunda Guerra Mundial e ao Pós Segunda Guerra, havendo uma importante quantidade de documentos sobre a colaboração mútua entre Brasil e EUA nesse período.

**1.3. MATERIAIS REFERENTES AO BRASIL**

**1.3.1. DISPONÍVEIS NO BRASIL**

É importante destacar que o *Record Group 59*, pormenorizado no Apêndice 4.1, já possui cópias de microfilmes disponíveis para pesquisa no Brasil. Os acervos que possuem essa documentação são o Arquivo Histórico Diplomático do Itamaraty (AHD), o Arquivo Nacional (AN) e, em menor número, o Arquivo Edgard Leuenroth, estando os dois primeiros localizados no Rio de Janeiro e o segundo, na Universidade de Campinas.

Para facilitar a consulta *in loco* do pesquisador, classificamos os itens diplomáticos e consulares, relacionando os períodos e o número de rolos disponíveis e descrevemos o conteúdo dos microfilme. Cada código do catálogo remete a uma listagem de documentos. No Apêndice 4.1.1, na tabela-síntese dos microfilmes disponíveis no Brasil, há uma coluna denominada Brasil, na qual se encontra as siglas AHD e AN que se referem à localização de tais microfilmes no Arquivo Histórico Diplomático do Itamaraty (AHD) ou no Arquivo Nacional (AN), orientando o trabalho do pesquisador.

*Coleção Arquivos Diplomáticos Estrangeiros sobre o Brasil*

A iniciativa da coleta desses microfilmes partiu do sociólogo Luciano Martins, que trabalhou com recursos doados pelo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA), no final dos anos 1980, junto aos arquivos dos EUA e do Reino Unido (*Foreign Office*).

63

Os microfilmes relativos aos arquivos diplomáticos presentes no AHD e no AN são constituídos basicamente por três categorias de documentos: documentos originais produzidos no Brasil e enviados pelas embaixadas e repartições consulares do Reino Unido e dos EUA às suas respectivas secretarias de relações exteriores; correspondência diplomática entre esses postos e os órgãos de relações exteriores; processo decisório no *Foreign Office* e no *State Department*, guardados no *Public Record Office* (Londres) e no *National Archives* (Washington, DC). No conjunto, a documentação localizada por Luciano Martins era constituída por cerca de um milhão de páginas de documentos oficiais, porém somente parte dela foi microfilmada e trazida para o Brasil.

Esses documentos dos arquivos diplomáticos britânicos e norte-americanos referem-se à história econômica, financeira e política do Brasil, desde o início do século XIX até o final do século XX, com destaque para o período de 1910 a 1954 (à exceção da fase da guerra, de 1940 a 1944, disponível mas ainda não adquirida para essas coleções). Encontramos por exemplo nesses acervos, desde mensagens presidenciais ao Congresso e orçamentos da União, até panfletos e manifestos de grupos e partidos políticos, balanços de empresas privadas, relatórios periódicos de acompanhamento de situação financeira e política do Brasil, informes sobre condições de vida e comportamentos sociais, análise de problemas militares e das relações internacionais, resolução de questões fronteiriças, negociações diplomáticas, processo decisório interno dos governos americano e inglês no tocante à elaboração de política, e tomada de posição dos assuntos relativos ao Brasil.

**1.3.2. DISPONÍVEIS NOS EUA**

A documentação disponível apenas no NARA do *Record Group 59* (isto é, ainda não microfilmada, ou eventualmente microfilmada, mas que ainda não tinha sido adquirida por aquelas instituições brasileiras até o momento de redação deste Guia) refere-se ao período posterior a 1959 (em alguns casos desde 1955), além da série relativa à Segunda Guerra Mundial (84 rolos de microfilmes disponíveis, de 1940 a 1944). O trabalho de microfilmagem continuou de modo não regular, assim que novos microfilmes podem estar disponíveis para aquisição.

São, literalmente, centenas de milhares de páginas de documentos a serem ainda microfilmados, sendo que muitos destes documentos, classificados, requerem o recurso à Lei de Liberdade de Informação (*Freedom of Information Act*, FOIA), principalmente aqueles incluídos no RG 263 (CIA). Com base no FOIA, sancionado pelo presidente Bill Clinton, pesquisadores podem ter acesso aos documentos da CIA, como os que tem

64

como tema as relações de segurança entre o Brasil e os EUA. O prazo para o acesso a esses documentos pode variar, pois cada agência tem seu corpo de revisão, trabalho que pode durar de oito meses a três anos, ou mais. No caso de uma agência sensível como a CIA, esse prazo é de difícil previsão, sendo possível inclusive a denegação, sobretudo no período recente.

Os documentos existentes RG 263 (não necessariamente os operacionais da CIA) são importantes para a pesquisa histórica relativa à história contemporânea do Brasil, mas não é possível saber quando eles estarão disponíveis para conhecimento público (o que não invalida o acionamento do FOIA por parte de todo pesquisador interessado).

Muitos dos documentos disponíveis são relatórios em tom burocrático e descritivo, mas ainda assim são reveladores da época, sobretudo quando se cruzam as informações do RG 263 com os documentos do RG 59. Por esse conjunto de documentos é possível seguir, por exemplo, o acompanhamento pelo Departamento de Estado da situação política, econômica e social do Brasil no período da Guerra Fria, com destaque para as várias crises institucionais brasileiras, desde o suicídio de Vargas até o rompimento do sistema democrático em 1964. O pesquisador interesse em consultar esse tipo de material pode utilizar o modelo de carta para recurso ao FOIA, no Apêndice 4.5.

A documentação que abrange o período de 1945 a 1959 está disponível, em quase sua totalidade, no setor de microfilmes, organizada por periodos (1945-49, 1950- 54 e 1955-59). Cada um desses microfilmes possui vários rolos que se encontram arranjados cronologicamente segundo um tema específico, além de um sumário do conteúdo publicado em um guia numerado, chamado *Publication Number*. Por exemplo, os documentos de 1945 a 1949 fazem parte do *Publication Number M1492*. Este microfilme possui, ao todo, 48 rolos e um total de aproximadamente 57.600 páginas microfilmadas. Os anos de 1950 a 1954 fazem parte do *Publication Number M1487*, que contém 14 rolos e o período de 1955 a 1959 está alocado no *Publication Number M1511* com 8 rolos referentes a *Political/National Defense Affairs*. Para maiores detalhes sobre esses microfilmes, ver o Apêndice 4.1.2.

Os documentos a partir de 1960 encontram-se no setor de *Textual Records*, no segundo andar do NARA II, agrupados por temas gerais e organizados cronologicamente em caixas (cada caixa pode conter de 700 a 1.000 páginas de documentos).

65

Durante o período de 1960 a 1969, a série documental segue a mesma lógica dos arquivos dos períodos anteriores; existem, porém, algumas séries de documentos (*File 732.00*) distribuídas aleatoriamente em outras caixas, que não necessariamente têm relação com o assunto e a data, como é o caso, por exemplo, do golpe de Estado de 1964. Essas séries apresentam parte de sua documentação depositada nas caixas 1925 à 1938 do *Subject Numeric File*, uma outra forma de codificação do NARA.

Ademais dos documentos provenientes das Embaixadas no Rio de Janeiro e, depois, em Brasília, também existem no NARA, papéis relativos a outros postos diplomáticos no Brasil, como os consulados em Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Recife, Salvador, Santos e São Paulo. Os documentos mais interessantes estão no formato de despachos (do posto para o Departamento de Estado, com cópias para os demais postos no país), de memorandos internos (entre setores do Departamento de Estado), de telegramas, alguns estudos etc.14 Os documentos, de extensão variada, eram enviados ao Departamento de Estado com periodicidade diária, no caso de telegramas, ou na forma de resumos semanais, mensais, semestrais ou anuais dos acontecimentos políticos da região sob a jurisdição de cada posto diplomático. Existem também estudos encomendados e de extensão maior, como alguns relatos sobre a ameaça comunista no Brasil e a posição de partidos, lideranças, imprensa, Igreja e Forças Armadas, sobre a propaganda americana no Brasil ou documentos referentes à Aliança para o Progresso.

Algumas cópias de cartas recebidas de cidadãos americanos, em visita ao Brasil no início dos anos 1960, que se mostravam preocupados com a situação política do país e que sugeriam ações a serem tomadas pelo corpo diplomático, também podem ser encontradas. Da mesma forma, há recortes de jornais, exemplares de cartazes, folhetos e panfletos, que eram enviados aos Consulados ou à Embaixada pelos grupos que os produziam ou, às vezes, por outros cidadãos. Outro tipo de documento encontrado é os memorandos de relato de conversas ou contatos ocasionais entre funcionários dos postos diplomáticos e figuras importantes da cena política brasileira, líderes de partidos políticos, das Forças Armadas, da Imprensa e da Igreja, ademais dos próprios diplomatas brasileiros.

Os documentos estão classificados de diferentes formas: *confidenciais, secretos, apenas para uso interno, apenas para uso oficial, restritos, não restritos e não classificados*.

14 As informações que seguem sobre os documentos do RG 59 foram compiladas a partir da pesquisa efetuada por Carla Simone Rodeghero, *Reflexões a partir da documentação pesquisada nos National Archiv*es. College Park, MD: University of Maryland, 2001 (mimeo).

66

O número de expedientes que se refere ao comunismo, a tônica nos anos 1950, é muito maior do que aquele que se refere ao anticomunismo; neste último caso aparecem expedientes de caráter variado, como aqueles que parecem ser simples transcrições de editoriais de jornal e outros em que há comentários e avaliações sobre o que está sendo relatado.15

*NARA’s Pacific Region e Ronald Reagan Library*

A pesquisa realizada no *NARA’s Pacific Region* (Arquivo Nacional para a região do Pacifico) mostra poucos documentos relacionados ao Brasil. Esta sucursal concentra informações de agências federais e tribunais das regiões do Arizona, sul da Califórnia e município de Clark no Estado de Nevada no que se refere aos documentos, desenhos de arquitetura, mapas e fotografias datados de 1850 a 1980.

Os poucos documentos encontrados sobre o Brasil versam sobre diversidade étnica, imigração e naturalização de brasileiros nos Estados Unidos e, ainda, alguns documentos da era anterior à presidência de Richard Nixon, incluindo correspondências e agendas de viagem.

Os documentos encontrados na *Ronald Reagan Library* são informações específicas sobre Ronald Reagan e sua esposa Nancy Reagan. É uma compilação de bibliografias, fotografias, discursos e entrevistas com o ex-presidente. Os raros documentos que citam o Brasil fazem parte da coleção de discursos feitos pelo ex

presidente em viagens ao Brasil ou encontros com brasileiros (ver registro mais adiante). Alguns documentos referem-se à exportação de soja do Brasil para a costa oeste dos Estados Unidos.

15 Este tema foi explorado em pesquisa efetuada com documentação do RG 59: RODEGHERO, Carla Simone. *Memórias e avaliações: norte-americanos, católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, Tese de doutorado em história.

67

68

**2. BIBLIOTECAS PRESIDENCIAIS**

Antes do advento do sistema de bibliotecas presidenciais, a documentação relativa ao mandato de cada um dos presidentes corria o risco de se encontrar dispersa ao seu final. Grande parte da documentação presidencial pode ser localizada na Biblioteca do Congresso americano e outras partes estão divididas entre as bibliotecas presidenciais, sociedades históricas e coleções privadas. Todavia, muito material perdeu-se ao longo dos anos, ou foi até destruído, até que um sistema obrigatório de depósito e organização teve início.

Este sistema começou formalmente em 1939, quando o presidente Franklin Delano Roosevelt doou seus papéis presidenciais e pessoais ao governo federal. Na mesma época, Roosevelt auxiliou na criação de uma entidade não-lucrativa para arrecadar fundos para a construção de uma biblioteca e um museu. Essa atitude baseou

se na crença de que os documentos presidenciais são uma parte importante da herança nacional e deveriam, portanto, ser acessíveis ao público. Ele também pediu ao NARA que guardasse sua documentação e outros materiais históricos, além de administrar a biblioteca.

Em 1950, o presidente Harry Truman decidiu que ele também construiria uma biblioteca capaz de guardar a documentação executiva de seu governo e ajudou a galvanizar uma ação do Congresso. Em 1955, já na presidência Eisenhower, o Congresso aprovou o *Presidential Libraries Act* (emendado em 1986), que estabelece um sistema de bibliotecas construídas por meio de dotações próprias, geralmente de origem privada, mas que depois seriam mantidas pelo governo federal. Esse ato encorajou outros presidentes a doarem o material histórico relativo aos seus mandatos e garantiu a preservação de papéis presidenciais e sua disponibilidade ao público. Sob essa lei, e disposições subseqüentes, outras bibliotecas foram estabelecidas e novas vem sendo criadas. Em todos os casos, os fundos para a construção das bibliotecas são originários de fontes privadas, e não-federais, e, uma vez terminada a construção, a biblioteca passa sob a administração e manutenção do NARA. A biblioteca Clinton, por exemplo, passou para a supervisão do NARA em 2003.

Muitos documentos relativos às treze bibliotecas presidenciais atualmente existentes, que na verdade são mais arquivos e museus, do que bibliotecas no sentido

69

comum do termo, desde Herbert Hoover (1929-1933) até George W. Bush (2001-2009), podem ser consultados online, no site do NARA. Muitos desses documentos apresentam importância substantiva para o estudo das relações diplomáticas com o Brasil, a exemplo das administrações Kennedy e Nixon, por razões claramente políticas relativas ao período da Guerra Fria, ao passo que outras, como a de Clinton, evidenciam o relacionamento pessoal travado com seus contrapartes brasileiros, no caso o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Deve-se notar que além dos materiais presidenciais descritos aqui, há diversas coleções de registros federais que se relacionam ao executivo. Os exemplos mais comuns de tais grupos de arquivos federais incluem: *Organizations in the Executive Office of the President* (RG 429), *Office of Management and Budget* (RG 51), *National Security Council* (RG 273) e *White House Office* (RG 130).

**Materiais históricos doados**

Até a administração Reagan, exceto Nixon, os documentos criados durante as respectivas administrações presidenciais eram considerados propriedade pessoal dos presidentes e seus respectivos associados.

As coleções presidenciais que vão de Herbert Hoover a Jimmy Carter, com exceção de Nixon, são mantidas e administradas pelas próprias bibliotecas presidenciais. A aceitação destas coleções é guardada pelo *Presidential Libraries Act* (1955; 1986) e o NARA cuida das limitações de acesso a estes materiais que foram estabelecidas pelos doadores e acertadas com o *Archivist of the United States*. Em virtude de tais restrições de acesso, alguns materiais presidenciais sob a custódia das bibliotecas presidenciais podem não estão disponíveis para a pesquisa. Neste caso, a equipe de funcionários de cada biblioteca presidencial pode indicar ao pesquisador coleções particulares alternativas.

**Arquivos presidenciais**

Quando, em 1978, o Congresso americano aprovou o *Presidential Records Act* (PRA), sob o *status* legal dos registros presidenciais, os documentos oficiais dos presidentes e de sua equipe de funcionários passaram a ser propriedade dos Estados Unidos e não mais do presidente.

O *Archivist of the United States* é solicitado a exercer custódia sobre esses registros quando o presidente finaliza seu mandato e a mantê-los sob o resguardo federal. Estes registros são elegíveis para acesso via *Freedom of Information Act*

70

(FOIA) cinco anos depois que o presidente deixa o cargo. Contudo, o presidente pode restringir o acesso a informações específicas por até 12 anos após sua saída, mais ainda assim, os registros estão sujeitos ao recurso ao FOIA. Essa legislação (PRA) entrou em vigor em 20 de Janeiro de 1981 e os registros da administração Reagan foram os primeiros a serem subordinados a esta lei. Funcionários das bibliotecas de Reagan e Bush fornecem informações adicionais a respeito do acesso aos registros presidenciais de suas coleções.

**Materiais históricos presidenciais da administração Nixon**

Os materiais históricos relativos ao mandato do presidente Richard Nixon são controlados pelo *Presidential Recordings and Materials Preservation Act* de 1974, inclusive em função das controvérsias ligadas à sua renúncia à presidência, no contexto da ameaça de impeachment derivada justamente da manipulação de documentos e gravações de conversas presidenciais. A equipe de funcionários dos arquivos de Nixon no NARA é responsável pela preservação desses materiais, bem como a preparação dos mesmos para o acesso público. No período recente, muitos documentos antes confidenciais, vem sendo divulgados tanto pelo NARA, como pela Biblioteca Nixon, instalada na Califórnia. Para maiores informações quanto à disponibilidade desses materiais, os pesquisadores devem contatar diretamente o NARA.

71

**2.1. HERBERT HOOVER LIBRARY**

A presidência Herbert Hoover, iniciada em 1929, coincidiu com as crises dos mercados acionário e financeiro. A *Herbert Hoover Presidential Library*, aberta ao público em 1962, pode oferecer instrumentos úteis para o entendimento das crises que assolaram o mundo a partir da década de 1920.

A partir de 1988, começou a patrocinar as exibições da memorabilia pessoal de cada presidente dos Estados Unidos nessa época e de suas primeiras-damas. Simultaneamente, a administração da biblioteca redobrou os esforços em encontrar e coletar documentação pertencente à era Hoover. Além da documentação do presidente, foram encontrados manuscritos da equipe de Hoover como Lewis Strauss, Gerald P. Nye, Felix Morley, Clark Mollenhoff, Robert E. Madeira, Westbrook Pegler, Laura Ingalls, entre outros.

Mais de 150 coleções diferentes integram a biblioteca, que se tornou um centro importante para o estudo da época. Na mesma tradição, durante a administração Reagan em agosto de 1992, foi finalizado um projeto da expansão e renovação do acervo da biblioteca Hoover, ampliado de 9.750 m2 a 44.500 m2.

Apesar dos documentos referentes ao Brasil não representarem uma grande parcela do acervo total da *Hoover Library*, podem ser encontrados alguns documentos interessantes referentes ao serviço diplomático.

**2.1.1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Formas de acesso**

A *Herbet Hoover Presidential Library and Museum* localiza-se em West Brach, 10 milhas a leste de Iowa City, na saída 254 da interestadual 80.

**Acesso às fontes**

As pessoas que desejam utilizar o material histórico disposto na biblioteca devem preencher um formulário de inscrição descrevendo a natureza e o propósito da sua pesquisa. Estudantes possuem acesso livre à biblioteca desde que apresentem uma identificação. A vantagem da inscrição é que facilita o processo de pedido de material e permite ao arquivista determinar se existe material suficiente na biblioteca que valha uma viagem até Iowa.

72

Partes da documentação desejada podem, às vezes, não estar disponíveis para consulta, de acordo com as restrições impostas pelo doador do material ou por regulamentações do governo (*Presidential Libraries Act,* 1955). As documentações que não se encontram abertas para a pesquisa são revistas periodicamente e abertas para pesquisa.

**Serviços**

É permitida a fotocópia de documentos sob o valor de US$ 0,15 por página. Em nenhuma das bibliotecas é possível a microfilmagem de documentos.

**Instrumentos de pesquisa**

O pesquisador deve atentar para alguns detalhes importantes no que se refere à pesquisa nas bilbiotecas presidencias. Um bom guia de referências, não apenas para a *Herbert Hoover Library*, mas também para todas as bibliotecas presidenciais, é o *Guide to Manuscripts in the Presidential Libraries.* Por este guia é possível iniciar as pesquisas preliminares, mas é importante salientar que a maioria dos documentos referentes às relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos durante as administrações Herbert Hoover e Washington Luis-Getúlio Vargas pode ser encontrada no *Record Group 59* do NARA. Esta regra vale para outras bibliotecas presidenciais.

**Contatos**

*Herbert Hoover Presidential Library and Museum*

210 Parkside Drive

P.O. Box 488 – West Branch, Iowa 52358

(319) 643-5301 *tel*

(319) 643-5825 *fax*

*http://www.hoover.archives.gov*

*hoover.library@nara.gov*

Funcionamento: Segunda à sexta-feira das 9h às 17h, exceto feriados nacionais.

**2.1.2. MATERIAIS REFERENTES AO BRASIL**

▪ **2257 HCH**

**Kizis, Frank**

Coleção, 1928-29. 2000 páginas.

Material disponível: Relatório do secretário-estenógrafo de Herbert Hoover que durante a campanha eleitoral coordena a excursão de “boa vontade” de Hoover à América Latina em 1928.

73

▪ **3162 HCH**

**Pawley, William D.**

Entrevista. 41 páginas.

Atividades: Embaixador no Peru (1945-46) e no Brasil (1946-48); Assistente Especial da Secretaria de Estado (1948-1951) e da Secretaria de Defesa (1951-52); e atribuições especiais do Departamento de Estado (1954).

▪ **4271 HCH**

**Wall, Robert Wilson**

Entrevista oral. 17 páginas.

Atividades: Inspetor de operações na América Latina (1943); agente do *Federal Bureau of Investigation* na Embaixada americana em Caracas, Venezuela (1943-44); adido civil do FBI na Embaixada americana na Cidade do México, México (1944- 46); e agente especial do FBI na Flórida, EUA (1951-53).

Acesso: Índice disponível na biblioteca.

74

**2.2. FRANKLIN D. ROOSEVELT LIBRARY**

Esta foi a primeira das bibliotecas presidenciais e foi construída no final da década de 1930 no Hyde Park, em Nova York, sendo doada pelo próprio presidente Roosevelt e sua mãe, Sara Delano Roosevelt. Ao erigir sua biblioteca, Roosevelt criou uma instituição para preservar intacta toda sua documentação. Esta incluía documentos de todos os seus cargos políticos como senador do Estado de Nova York (1910-1913), secretário-assistente da Marinha (1913-1919), governador de Nova York (1929-1932) e presidente dos Estados Unidos (1933-1945), além de suas coleções privadas de papéis, livros e memorabilia da história da Marinha americana (*U.S. Navy*) e do “Condado Holandês” em Nova York.

A coleção para pesquisa desta biblioteca é composta por manuscritos e outros documentos que totalizam 15.000.000 páginas cobrindo toda a vida de Roosevelt. A biblioteca contém 40.000 volumes, incluindo a biblioteca pessoal de Roosevelt com 15.000 fotografias, material audiovisual e história oral. Os papéis de Eleonor Roosevelt também estão guardados nesta biblioteca, incluindo fitas e transcrições do Projeto de História Oral Eleonor Roosevelt.

Roosevelt garantiu que seus documentos se tornariam propriedade da nação e estariam guardados em uma biblioteca no Hyde Park onde estariam disponíveis aos pesquisadores. Essas ações de Roosevelt serviram como precedente para que outras ações no mesmo sentido fossem tomadas, sobretudo por seu sucessor, Harry Truman, que está na origem do ato de 1955, quando o Congresso aprovou o *Presidential Libraries Act*, regulamentando os procedimentos iniciados por Roosevelt para construção privada de arquivos presidenciais; a manutenção do material ficaria, entretanto, sob o poder federal, unicamente com o propósito de preservar os documentos presidenciais.

**2.2.1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Formas de acesso**

A *Franklin D. Roosevelt Library* localiza-se na costa leste do Rio Hudson, quatro milhas ao norte de Poughkeepie, entre a cidade de Nova York (duas horas desta) e Albany (uma hora e meia desta). A biblioteca pode ser facilmente acessada de carro,

75

trem ou avião, pois diversos aeroportos estão em suas cercanias, e existe trem para Poughkeepie.

**Acesso às fontes**

É recomendado um contato prévio especificando detalhes sobre o tópico de pesquisa no formulário de inscrição, pois, em raras ocasiões, o arquivista pode achar que não existe material suficiente para pesquisa que valha uma viagem até a biblioteca. O contato deve ser feito por carta encaminhada ao *Director's Office,* e-mail ou telefone (ver Contatos adiante).

**Serviços**

Pelas regras da biblioteca, somente material para pesquisa é permitido entrar na sala. Máquinas de escrever, computadores pessoais e gravadores podem ser usados, mas todas as mochilas, maletas, casacos, etc. devem ser deixados em uma ante-sala designada para tal.

É oferecido um serviço de fotocópias mediante taxas modestas. São permitidas fotocópias à distância, mas exige-se um pré-pagamento. A biblioteca aceita os cartões de crédito Mastercard e Visa.

A biblioteca também oferece a leitura e o acesso via internet de documentos digitalizados e fotografias mais importantes. Isso pode ser consultado no site da biblioteca com uma palavra-chave ou ainda pesquisando a lista das coleções em ordem alfabética.

A coleção mais utilizada de documentos da biblioteca é o *President's Secretary's File* (Arquivos da Secretaria do Presidente) e inclui correspondência recebida e enviada, jornais, memorandos e outros materiais impressos datados entre 1933 e 1945. Esta coleção está organizada por ordem alfabética pelo correspondente ou objeto e está dividida em 5 categorias: *Save Files*, *Confidential Files*, *Diplomatic Files*, *Departmental Files* e *Subject Files*.

Vídeos e áudios da biblioteca já estão disponíveis na internet, assim como um índice contendo o conteúdo desse material. As gravações de algumas agências federais que atuaram durante a época do *New Deal* e da Segunda Guerra Mundial disponibilizaram seus documentos no NARA.

**Contatos**

*Franklin D. Roosevelt Library*

76

4079 Albany Post Road

Hyde Park, NY 12538

(845) 229-8114 *tel*

(845) 229-0872 *fax*

*http://www.fdrlibrary.marist.edu/index.html*

*roosevelt.library@nara.gov*

Funcionamento: Segunda à sexta-feira das 9h às 16:45h, exceto feriados nacionais.

**2.2.2. MATERIAIS REFERENTES AO BRASIL**

A biblioteca de Roosevelt guarda um dos mais importantes acervos sobre a época da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Embora parte do acervo seja considerada herança da nação, outra parte dos documentos, tais como correspondências pessoais com presidentes, foi mantida em caráter confidencial. Alguns outros documentos foram vendidos ou destruídos e assim alienados do total da coleção. Outros permaneceram com as famílias e são, portanto, inacessíveis aos pesquisadores por longos períodos.

O material que pode interessar a pesquisadores sobre o Brasil está descrito a seguir.

▪ **324 FDR**

**Berle, Adolf Augustus**

Documentos, 1912-74. 196 mil páginas (aprox.).

Atividades: Funcionário do governo.

Material disponível: Correspondências, diários (1937-71), memorandos, relatórios, notas, discursos, artigos, rascunhos e resenhas de livros, *clippings* de jornais, documentação sobre a carreira de Berle como membro do *brain trust* do presidente Franklin D. Roosevelt, Conselheiro especial para a *Reconstruction Finance Corporation* (1933-38), Tesoureiro Municipal da cidade de Nova York (1934-37), Assistente da Secretaria do Estado (1938-44), Embaixador no Brasil (1945-46) e Consultor do Departamento de Estado (1961).

Acesso: Alguns documentos não estão disponíveis aos pesquisadores. NUCMC 77- 252.

▪ **852 FDR**

**Cooke, Morris Llewellyn.**

Documentos, 1910-59. 248 mil páginas (aprox.).

Atidades: Cientista, engenheiro consultor, funcionário do governo, autor.

77

Material disponível: Correspondências, memorandos, relatórios, petições, resenhas de livros, arquivos de discursos e arquivos de jornais relacionados com o trabalho de Cooke como diretor do *Department of Public Works*, Philadelphia, PA; administrador do *New York State PowerAuthority*; presidente do *Committee of the Public Works Administration* do Vale do Mississipi; primeiro administrador do *Rural Electrification Administration*; *chairman* do *U.S. Great Plains Committee*; chefe da Missão Técnica americana ao Brasil; e presidente do *President’s Water Resources Policy Commission*. Inclui material documentando seu interesse em eletrificação, trabalho e administração científica e material relacionado à *Third World Power Conference*, em Washington, D.C. (1936). Correspondentes incluem Bernard M. Baruch, Hugh Bennett, Francis Biddle, Louis D. Brandeis, John M. Carmody, James Cougens, Paul H. Douglas, Stephen Early, Glenn Frank, Sidney Hillman, Harold Ickes, Hiram Johnson, Hugh Johnson, David Lilienthal, Frank R. McNinch, George W. Norris, Leland Olds, Gifford Pinchot, Donald Richberg, Franklin D. Roosevelt, Henry A. Wallace, Frank P. Walsh and Claude R. Wickard.

Acesso: NUCMC 65-29.

▪ **3242 FDR**

**Polier, Justine Wise**

Entrevista oral (1977). 77 páginas.

Atividades: Juiz.

Material disponível: Entrevista centrada em Eleanor Roosevelt, incluindo o que pensam sobre seu trabalho com crianças e refugiados judaico-germânicos, sua relação com Franklin Roosevelt, sua influência no Congresso, batalha contra preconceito e discriminação, e visões religiosas. Outros tópicos incluem a *Women`s Trade Union League*, o *New York State Department of Labour*, o *U.S. Committee for European Children*, o movimento trabalhista na década de 1920, o Departamento de

Estado, o Escritório de Defesa Civil, a *Wiltwyck School*, o *Full Employment Act* (1945), a liberação de judeus na Casablanca, o movimento pelos direitos civis, a Guerra Fria e Franklin Roosevelt e o sionismo. Indivíduos mencionados incluem George Norris, Rose Schneiderman, Pauline Newman, Mary Dreier, Frances Perkins, Cardinal Spellman, Thomas Emerson, Malvina Thompson, Anna Roosevelt, Joseph McCarthy, Dwight D. Eisenhower e a visão de Rabbi Stephen Wise sobre Franklin Roosevelt.

▪ **4273 FDR**

**Wallace, Henry Agard**

78

Documentos, 1941-45. 82 mil páginas (aprox.).

Atividades: Vice Presidente dos Estados Unidos (1941-45) e Secretário da Agricultura (1933-40).

Material disponível: Correspondência, memorandos, relatórios, resoluções, petições e clippings de jornal a respeito do mandato de Wallace como vice-presidente e presidente do *Board of Economic Warfare*. Inclui informações sobre as atividades do partido democrata, atividades na América Latina, a controversa *Standard Oil Company*, agricultura, as relações de comércio com Canadá e Suíça, educação, questões trabalhistas, assuntos mundiais e problemas do pós-guerra. Os correspondentes incluem John H. Bankhead, Chester Bowles, James F. Byrnes, John Carmody, William J. Donovan (chefe dos serviços estratégicos e de inteligência, durante a guerra), Morris Ernst, William Herridge, Harold Ickes, Jesses Dones, David Lilienthal, Henry J. Morgenthau Jr., Francis Castillo Najera, Donald Nelson, Robert Patterson, James G. Patton, Frances Perkins, Milo Perkins, Neslon Rockefeller, Eleanor Roosevelt, Franklin D. Roosevelt, Harold D. Smith, Henry Stimson, Mark Sullivan, Sumner Welles, Walter White e Claude Wickard.

Acesso: Alguns documentos não estão disponíveis aos pesquisadores. NUCMC 65- 78.

Existe ainda um conjunto de papéis, classificados como *Safe Files* (Box 6 Folder Titles List), que contém documentos do Departamento de Guerra. Constam 55 itens, dentre os quais:

a) Relatórios, memorandos, correspondências e mapas de abril de 1937 a novembro de 1942: entre os correspondentes temos Franklin D. Roosevelt, Stimson, Fisher, Watson, secretário e sub-secretários de Guerra. Os tópicos encontrados nesses documentos versam sobre rotas de suprimentos, suprimentos para a China e Índia, comércio com a Argentina e o Brasil, guerra química e preparação geral para guerra;

b) Gravações de discursos e outras declarações feitas por Franklin D. Roosevelt **Date Description Tape #**

Nov. 27 1936

Rio de Janeiro, Brazil - Address before the National Congress and Supreme Court of Brazil (19 min) 201-229

79

**2.3. HARRY TRUMAN LIBRARY**

A *Harry Truman Library* foi a primeira a ser estabelecida sob o *Presidential Libraries Act*, de 1955. Localizada na cidade natal do presidente, Independence, Missouri, a biblioteca foi estabelecida com o mesmo objetivo das outras bibliotecas presidenciais: preservar os documentos, livros e outros materiais históricos relacionados ao governo Truman.

Além de arquivos da Casa Branca concernentes à administração Truman, há também documentação a respeito da vida e carreira do presidente como fazendeiro, soldado, empresário, político local, senador, vice-presidente e presidente. Atualmente, a biblioteca tem sob sua custódia mais de 15 milhões de páginas de manuscritos dentre as quais, aproximadamente, 6,5 milhões são arquivos da Casa Branca. Também possui uma coleção audiovisual com 100.000 fotos, 500 horas de gravações em discos e fitas, 400 filmes e 75 horas de gravações. A coleção da biblioteca em material impresso contém mais de 300.000 livros, 10.000 séries e 1.400 cópias de microfilmes de material impresso.

**2.3.1. INFORMAÇÕES GERAIS**

**Formas de acesso**

A *Harry Truman Library* está localizada à 35 milhas aproximadamente do Aeroporto Internacional de Kansas City. Há serviço de transporte de ônibus para a Independence Square, que fica à 1 milha da biblioteca.

**Acesso ao material**

Segue a mesma regra das outras bibliotecas presidenciais.

**Serviços**

Segue a mesma regra das outras bibliotecas presidenciais.

**Contatos**

*Harry Truman Library*

500 W. US Highway 24

Independence, MO 64050

(816) 833-1400 *tel*

(816) 833-4368 *fax*

1-800-833-1225 *toll free*

80